



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE - FEAC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ERICA SIMONE FERNANDES SPENCER

**DIFERENÇAS DOS NÍVEIS DE POBREZA DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA
OFICIAL PORTUGUESA (PALOP)**

FORTALEZA

2022

ERICA SIMONE FERNANDES SPENCER

DIFERENÇAS DOS NÍVEIS DE POBREZA DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA
PORTUGUESA (PALOP)

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração e Atuária Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- 5729d Spencer, Erica Simone Fernandes.
Diferenças dos níveis de pobreza dos países africanos de língua portuguesa. (PALOP) / Erica Simone Fernandes Spencer. – 2022.
60 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Amazônia e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos..
1. África. 2. Lusófona. 3. Pobreza. 4. Desenvolvimento. I. Título.
- CDD 330
-

ERICA SIMONE FERNANDES SPENCER

DIFERENÇAS DOS NÍVEIS DE POBREZA DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA
PORTUGUESA (PALOP)

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração e Atuária Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: 09/02/22

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos. (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Ma. Milena Monteiro Feitosa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Ma. Alexandra Pedrosa Monteiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à Deus por me ter dado força e saúde para superar as dificuldades.

À minha amada mãe Arminda Lopes Fernandes, que nunca mediu esforços para proporcionar-me um ensino de qualidade, e que sempre deu o seu melhor às suas filhas.

Ao meu querido pai, Robert Constantin Spencer, pela sua presença, apoio e por sempre acreditar em mim.

Às minhas irmãs Lillian Heloise Fernandes Spencer e Ariel Fernandes Spencer pelo companheirismo e cumplicidade.

Ao meu orientador Professor José de Jesus Sousa Lemos pela disponibilidade e por todo apoio na realização deste trabalho.

Agradeço a todos os amigos que fizeram parte dessa minha jornada no Brasil, que contribuíram imensamente para a minha formação pessoal e estiveram ao meu lado, principalmente nas horas menos boas.

Agradeço também a Universidade Federal do Ceará que me recebeu e acolheu com toda a estrutura para fazer esse curso.

A todos que direta ou indiretamente me ajudaram a concluir essa etapa da minha vida.

Pobreza e vulnerabilidade caminham juntas. Os pobres são vulneráveis não apenas à renda, ou por causa dela, mas à deficiência de outros serviços. (DE SOUSA LEMOS, José de Jesus, 2012, p.42).

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral estudar os diferentes padrões de desenvolvimento e pobreza dos países da África Lusófona. Os dados utilizados foram recolhidos de fontes especializadas como o Banco Mundial, Organização das Nações Unidas (OMS) e Relatório De Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (HDR) entre os anos de 1998 a 2018. As variáveis usadas na pesquisa foram PIB per capita, média de anos de escolaridade, taxa de alfabetização, taxa de acesso a saneamento básico, taxa de acesso a serviço de água potável e por fim esperança média de vida. A abordagem metodológica escolhida foi multimétodo que engloba a análise qualitativa e quantitativa. A análise quantitativa engloba o cálculo das médias e dos coeficientes de variação (CV) de vários anos para cada um dos indicadores escolhidos a fim de averiguar de forma comparativa o desempenho e desenvolvimento de cada país, bem como os determinados níveis de pobreza. Dos resultados, conseguimos ver o quanto cada um desses países perde não dando a devida importância a indicadores como o saneamento básico. Seja com a saúde e educação prejudicada com milhares de enfermos por doenças sanitárias, seja com o fraco desempenho da economia que não é explorada em seu potencial. Ainda por meio dessa pesquisa viu-se que os casos de Moçambique e Guiné Bissau configuram as piores posições dos PALOP, com as piores médias e maiores heterogeneidades dos indicadores analisados, já nos casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe correspondem às melhores posições com as melhores médias, e as maiores homogeneidades dos indicadores de desenvolvimento e socioeconômicos estudados.

Palavras-chave: África Lusófona; Pobreza; Desenvolvimento.

ABSTRACT

The general objective of this research is to study the different patterns of development and poverty in Portuguese- Speaking African countries. The data used were collected from specialized sources such as the World Bank, United Nations Organization (ONU) and United Nations Human Development Report (HDR) between the years 1998- 2018. The Variables used in the research were GDP per capita, average years of schooling, Literacy rate, rate of access to basic sanitation, rate of access to drinking Water service and finally average life expectancy. The approach of methodology chosen was multi-method that encompasses a qualitative and technical analysis. The quantitative analysis encompasses the calculation of the averages and the coefficients of variation (CV) of several years for each of the chosen indications in order to comparatively verify the performance and development of each country, as well as the determined levels of poverty. From the results we can see how much each of these countries loses by not giving due importance to indicators such as basic sanitation. Either with health and education harmed with thousands of sick people due to sanitary diseases, or with the poor performance of the economy that is not exploited to its potential. Also through this research, it was seen that the cases of Mozambique and Guinea Bissau configure the worst positions of the PALOP, with the worst averages and greater heterogeneity of the analyzed indicators, while in the cases of Cape Verde and São Tomé and Príncipe they correspond to the best positions with the best averages and the greatest homogeneity of the development and socioeconomic indicators studied.

Keywords: Lusophone; Poverty; Development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Regiões em desenvolvimento onde vivem os pobres (com menos de 1 dólar por dia) no Mundo em 1998.	28
Gráfico 2- Evolução dos PIB per capita, em valores de 2018 de Angola (ANG), Cabo Verde (CPV), Guiné Bissau (GNB), Moçambique (MOZ) e São Tomé e Príncipe (STP) no período de 1998 a 2018	37
Gráfico 3-Valores médios estimados para os PIB per capita anuais dos países estudados em valores corrigidos para 2018 entre os anos de 1998 e 2018.	38
Gráfico 4- Coeficientes de variação de variação (CV) dos PIB per capita dos países estudados entre os anos de 1998 e 2018	38
Gráfico 5-Evolução dos anos médios de escolaridade de Angola (ANG), Cabo Verde (CPV), Guiné Bissau (GNB), Moçambique (MOZ) e São Tomé e Príncipe (STP) no período de 1998 a 2018.	40
Gráfico 6- Valores médios estimados para os anos médios de escolaridade dos países estudados em entre os anos de 1998 e 2018	41
Gráfico 7-Coeficientes de variação (CV) dos anos médios de escolaridade nos países estudados entre os anos de 1998 e 2018.	41
Gráfico 8-Evolução da taxa de alfabetização de Angola (ANG), Cabo Verde (CPV), Guiné Bissau (GNB), Moçambique (MOZ) e São Tomé e Príncipe (STP) no período de 1998 a 2018.	43
Gráfico 9-Valores médios estimados da taxa de alfabetização de adultos para os países estudados entre os anos de 1998 e 2018.	43
Gráfico 10-Coeficientes de variação (CV) da taxa de alfabetização de adultos para os países	

estudados entre os anos de 1998 e 2018.

44

Gráfico 11-Evolução porcentagem da população com acesso a pelo menos serviços de saneamento básico de Angola (ANG), Cabo Verde (CPV), Guiné Bissau (GNB), Moçambique (MOZ) e São Tomé e Príncipe (STP) no período de 1998 a 2018.

46

Gráfico 12-Valores médios estimados da porcentagem da população com acesso a pelo menos serviços de saneamento básico, para os países estudados entre os anos de 1998 e 2018.

46

Gráfico 13- Coeficientes de variação (CV) da porcentagem da população com acesso a pelo menos serviços de saneamento básico, para os países estudados entre os anos de 1998 e 2018.

47

Gráfico 14-Evolução da porcentagem da população com acesso a serviços de água potável em % de Angola (ANG), Cabo Verde (CPV), Guiné Bissau (GNB), Moçambique (MOZ) e São Tomé e Príncipe (STP) no período de 1998 a 2018.

49

Gráfico 15-Valores médios estimados da porcentagem da população com acesso a serviços de água potável em %, para os países estudados entre os anos de 1998 e 2018

50

Gráfico 16-Coeficientes de variação (CV) da porcentagem da população com acesso a serviços de água potável em %, para os países estudados entre os anos de 1998 e 2018

50

Gráfico 17-Evolução da esperança média de vida ao nascer de Angola (ANG), Cabo Verde (CPV), Guiné Bissau (GNB), Moçambique (MOZ) e São Tomé e Príncipe (STP) no período de 1998 a 2018.

52

Gráfico 18-Valores médios estimados da esperança média de vida ao nascer, para os países estudados entre os anos de 1998 e 2018.

52

Gráfico 19-Coeficientes de variação (CV) da esperança média de vida ao nascer, para os países estudados entre os anos de 1998 e 2018.

53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- PIB per Capita dos Países da ÁFRICA LUSÓFONA no período de 1998 – 2018.	36
Tabela 2- Anos médios de escolaridade nos países ÁFRICA LUSÓFONA no período de 1998 – 2018.	39
Tabela 3-Taxa de alfabetização de adultos nos países ÁFRICA LUSÓFONA no período de 1998 – 2018.	42
Tabela 4- Porcentagem da população com acesso a pelo menos serviços de saneamento básico, dos países ÁFRICA LUSÓFONA no período de 1998 – 2018.	45
Tabela 5- Porcentagem da população com acesso a serviços de água potável em %, dos países ÁFRICA LUSÓFONA no período de 1998 – 2018.	48
Tabela 6-Esperança média de vida ao nascer da ÁFRICA LUSÓFONA no período de 1998 – 2018.	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

WSSD	World Summit for Social Development
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DS	Desenvolvimento Sustentável
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
HDR	Human Development Reports
AGO	Angola
CPV	Cabo Verde
GNB	Guiné Bissau
MOZ	Moçambique
STP	São Tomé e Príncipe
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
FMI	Fundo Monetário Internacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
IUCN	International Union for Conservation of Nature
COVID	CoronaVirus Disease 2019
CV	Coeficiente de Variação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Crescimento e Desenvolvimento Econômico	17
2.2 Desenvolvimento Sustentável	22
2.3 Evolução e Conceito de Pobreza	25
2.4 Perspectiva de Pobreza nos Países Luso Africanos (PALOP)	29
2.5 Países constituintes do PALOP.	30
Angola:	30
Cabo- Verde:	31
Guiné -Bissau	31
Moçambique	32
São Tomé Príncipe :	33
3. METODOLOGIA	34
3.1 Tipologia	34
3.2 Coleta e fonte dos dados	34
PIB Per capita:	35
Taxa de Alfabetização:	35
Esperança de vida ao nascer	36
Porcentagem da população usando serviços de saneamento básico	36
Porcentagem da população usando água potável	37
3.3 Tratamento	37
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
5. CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno social, criado pelo homem e, atualmente, definido como multidimensional em razão da sua complexidade que o torna muito difícil de mensurar, também pela sua subjetividade e sua interligação com vários fatores.

O Comitê dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, das Nações Unidas define a pobreza como uma condição humana caracterizada por privação sustentada ou crônica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, econômicos e políticos e sociais.

Pelas palavras Rocha (2006, p. 10): “(...) Ser pobre significa não dispor de meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive”

A mensuração da pobreza sempre foi difícil e alvo de opiniões divergentes, delimitado entre os que apoiam uma interpretação da pobreza como uma questão exclusivamente monetária e outra perspectiva que defende que a pobreza emerge de um estado de vulnerabilidade e por isso a sua determinação não se dá tão facilmente, nem com precisão.

Apesar da taxa global de pobreza apresentar progressos significativos ao longo dos anos, ainda a pobreza é motivo de muita preocupação visto que é possível encontrar pessoas vivendo em pobreza extrema com 1,90 dólar por dia, ou menos (valor fixado para definir as pessoas que vivem em pobreza extrema). De acordo com os dados das Nações Unidas a maior parte dessas pessoas se encontram em muitos países do Leste e Sudeste da Ásia e na África Subsariana.

Este trabalho retrata a situação de pobreza e o desenvolvimento nos países da África Lusófona: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Moçambique, São Tomé e Príncipe. Esses países são unidos por semelhanças históricas e, principalmente pela Língua a qual tem em comum desde o período de colonização nos séculos XV-XVI.

O motivo da escolha desse grupo de países foi pela proximidade da autora com um dos países (Cabo-Verde) mas também pela relação que existe entre eles uma vez que, embora passaram por um semelhante processo de colonização, traçaram caminhos bastante distintos o que acaba refletindo nos seus indicadores.

Apesar das progressões, o desempenho fraco de alguns países do PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) em geral tem chamado atenção nos últimos 20 anos,

segundo o ranking do índice de Desenvolvimento Humano da ONU entre 187 países analisados Moçambique ocupa a 184^a posição como o último da PALOP e dos lusófonos, Guiné-Bissau ocupa 176^a posição, Angola está na 148^a, São Tomé e Príncipe na 144^a e Cabo Verde na 133^a colocação.

A pesquisa tem como objetivo geral aferir as diferenças e os níveis de pobreza e desenvolvimento dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, no período de 1998-2018. Especificamente este trabalho visa: aferir a evolução dos indicadores sociais e econômicos dos cinco países que fazem da África Lusófona entre os anos de 1998- 2018; avaliar de forma comparativa o estágio atual de desenvolvimento desses países; identificar os indicadores que mais se sobressaem na diferenciação dos atuais padrões de desenvolvimento desses países; aferir os valores médios e as heterogeneidades e homogeneidades dos indicadores em cada país no período avaliado.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: esta seção introdutória; a segunda seção que dedica-se ao referencial teórico, alguns conceitos que servirão de âncora a essa pesquisa tais como o conceito de pobreza, desenvolvimento e crescimento, desenvolvimento sustentável. A terceira seção apresenta a análise metodológica aplicada de modo a atingir os objetivos deste trabalho. A quarta apresenta uma análise dos resultados e a seguinte apresenta as principais conclusões.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Crescimento e Desenvolvimento Econômico

Ao acompanhar a história das ciências econômicas, é notório a evolução dos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico no tempo no entanto sempre estiveram intrinsecamente ligados e por isso foram alvos de várias interpretações e debates por entre os pensadores e correntes da economia.

Cronologicamente após a segunda guerra mundial alguns autores retrataram os dois conceitos sem distinção Smith Ricardo, Mill e Marshall eram alguns dos pensadores clássicos que defendiam a presença microeconômica do crescimento econômico.

Alguns intelectuais chegaram a aproximar mais em seus pensamentos tais como Mill e Marshall ao estudarem o desenvolvimento econômico numa versão de caráter social, no entanto os demais clássicos interpretavam o desenvolvimento econômico como um conjunto de valores sociais e individuais que acarretavam no desenvolvimento e crescimento da sociedade. Para Smith tanto a produtividade do trabalho quanto a produtividade do capital eram igualmente importantes para alcançar maiores lucros, entretanto o investimento se destaca como a peça chave para o crescimento econômico. Já do ponto de vista de John Stuart Mill a ideia do desenvolvimento não estava anexo ao crescimento da produção para ele as variáveis não econômicas eram objetivos das políticas sociais e econômicas e por serem dependentes as mudanças no tempo deveriam ser tomadas como objetivos das políticas de desenvolvimento econômico .

O tema ‘Desenvolvimento Econômico’ era visto pelos clássicos como uma forma de crescer através de princípios e preceitos vistos e almejados pela sociedade em si ou individualmente.

De tal maneira, pela ótica de Adam Smith o crescimento econômico também é aceito como sinônimo de desenvolvimento econômico, assim para Smith o desenvolvimento seria algo “natural”, provido pela presença de uma “mão invisível” que por fim acarretaria o desenvolvimento social, a partir dos desejos e vontades individuais.

Em contraste, os pós-clássicos trouxeram uma abordagem mais ampla do crescimento e do desenvolvimento que engloba pontos não econômicos, na visão de Nurkse e em Lewis as variáveis econômicas são imprescindíveis para o curso do desenvolvimento econômico. A origem empírica do desenvolvimento econômico se deu a partir de problemáticas como desigualdade e disparidade. Entretanto as suas origens teóricas começaram com pensadores como Schumpeter 1911, que foi o primeiro economista pós-clássico que trouxe outro posicionamento em relação ao desenvolvimento econômico. Schumpeter (1911) declara que o crescimento da renda per capita não garante na totalidade as mudanças estruturais que o desenvolvimento econômico consegue proporcionar.

Segundo Souza (1997) historicamente sabe-se do grande avanço econômico ocorrido nos países geradores das inovações tecnológicas da revolução Industrial, contudo com a grande depressão de 1930 fez- se necessário a intervenção dos Estados na economia a fim de reduzir o desemprego e ajustar as consequências sociais da crise que foram notadas com maior intensidade nos assalariados e nas pequenas empresas.

Reparou-se a partir de então que a estabilidade econômica era indispensável para a ocorrência de um desenvolvimento que beneficia a todos, assim como era indispensável que o crescimento acompanhasse as necessidades de cada país, de cada região e de cada classe social.

Lemos (2008) defende o raciocínio de Souza, argumentando que:

O crescimento da renda não implicará, necessariamente, melhores padrões de desenvolvimento, entendido como generalizado avanço de bem-estar social, como se depreende do que acontece atualmente com a China, que apresenta padrões elevados de crescimento do PIB agregado, contudo não impede que a existência de mais de 360 milhões de sua população seja socialmente excluída.

Essa conjuntura permitiu que o desenvolvimento econômico tivesse uma definição bem mais ampla em relação ao crescimento econômico. Celso Furtado (1998) enfatiza que “o conceito de desenvolvimento econômico compreende a ideia de crescimento, superando -a”. Ainda segundo Furtado (1983) “o crescimento econômico o qual vivencia-se está ancorado na preservação e na manutenção de privilégios que atendem a um pequeno grupo social,

enriquecendo-o ao ponto de usufruir de toda a sua modernização, enquanto temos um desenvolvimento econômico subjacente àquela.”

Crescimento econômico tem seu foco em medir e aumentar a produção de bens e serviços de um país ou região e seu fim último é a concentração de capital, isto é o crescimento de produção ou valor da produção, é associado ao crescimento econômico, já o desenvolvimento econômico mensura e remete a um crescimento econômico visando bem estar social, melhor qualidade de vida da sociedade objetivando uma melhor distribuição de renda que permita a todos uma melhoria nos padrões de vida e por fim uma melhor estrutura para o país.

Para Ignacy Sachs (2004) o desenvolvimento é considerado includente e o crescimento excludente. “à maneira de definir desenvolvimento includente é por oposição ao padrão de crescimento perverso”. Na opinião de Mendes (2008), o paralelo entre crescimento e desenvolvimento proposto foi justamente pela peculiaridade do crescimento não estimular a igualdade e a justiça social, isto é, não considerar a qualidade de vida de um modo geral. O crescimento econômico tem como objetivo único o acúmulo de riqueza, que se faz nas mãos apenas de alguns indivíduos da população. Diferentemente do desenvolvimento, preocupa-se com a geração de riquezas sim, mas tem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, a qualidade ambiental do planeta (MENDES, 2008).

A forma mais clássica de medir o crescimento econômico de um país é medir o crescimento do seu produto interno bruto (PIB).Já em relação ao desenvolvimento podemos usar indicadores compostos ou simples como por exemplo indicadores de educação (alfabetização, e anos médios de escolaridade), indicadores de longevidade (esperança média de vida), indicadores socioeconômicos (porcentagem da população usando serviços básicos de água potável e porcentagem da população usando serviços de saneamento básico) etc...

Outro ponto de vista é trazido por Amartya Sen, uma vez que ele entende o conceito do desenvolvimento econômico como um processo de expansão de liberdades reais que as pessoas possuem. Esta noção de liberdade econômica abrange várias dimensões tais como liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, segurança etc. Em conformidade com as palavras de Amartya Sen, (2000, p.28) “uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto

Nacional Bruto e de todas as outras variáveis relacionadas à renda sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele.”

Esta conquista pelas liberdades individuais não se trata de um fim último da vida econômica, igualmente representa a forma mais eficaz de se viabilizar o bem estar geral, assim a liberdade dos homens para Sen representa o caminho para o desenvolvimento econômico das nações, e que as liberdades individuais e estas tornam-se mais abrangentes. Outrossim, para Sen o desenvolvimento envolve liberdades de ações de decisões como também de oportunidades de modo que a privação destas mesmas liberdades ou mesmo a falta de oportunidades adequadas coloque algumas pessoas em situação de fragilidade.

É necessário que se evite restringir a atenção apenas a procedimentos apropriados (como fazem os chamados libertários, sem se preocupar se algumas pessoas desfavorecidas sofrem de privação sistemática de oportunidades substantivas) ou, alternativamente, apenas oportunidades adequadas (como fazem as vezes os chamados consequencialistas, sem se preocupar com a natureza dos processos que geram as oportunidades ou com liberdade de escolha que as pessoas têm). Ambos os processos e oportunidades têm sua própria importância na abordagem do desenvolvimento como liberdade.

(SEN 2000)

Na declaração do milênio das Nações Unidas enfatizam o papel do estado para o Desenvolvimento e a erradicação da pobreza:

“Em consequência, decidimos criar condições propícias a nível nacional e mundial, ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza. A realização destes objetivos depende, entre outras coisas, de uma boa governação de cada país. Depende também de uma boa governação no plano internacional e da transparência dos sistemas financeiros, monetários e comerciais.”

Sen também destacou o papel da participação ativa da despesa e das instituições públicas na luta contra a pobreza em seu livro Desenvolvimento como Liberdade (SEN 2000), políticas públicas para Sen é fundado considerando as condições para o desenvolvimento das

capacidades (capabilities), na condição de agente ativos do cidadão e também na atuação do estado como organizador de políticas de promoção humana e combate às desigualdades bem como das ações das instituições ou organizações que tem como objetivo apoiar, incentivar e administrar de forma propositiva, participativa e cooperativa as políticas que miram ao bem comum e a equidade social.

Sen cita:

Essa distinção tem uma influência prática significativa sobre a política pública. Embora a prosperidade econômica ajude as pessoas a ter opções mais amplas e a levar uma vida mais gratificante, o mesmo se pode dizer sobre a educação, melhores cuidados com a saúde, melhores serviços médicos e outros fatores que influenciam causalmente as liberdades efetivas que as pessoas realmente desfrutam. (SEN, 2000, p.334).

Essas perspectivas fortalecem o papel do estado para a erradicação da pobreza e promoção do direito ao desenvolvimento para todos.

Lemos em seu Livro Mapa da exclusão social no Brasil (2012) também elucida a importância da participação do estado para a redução da pobreza ao afirmar que a “eliminação da pobreza constitui-se, antes de tudo, numa responsabilidade social e um dever dos governantes, com a participação de toda a sociedade” em outras palavras o estado deve encarar a pobreza como um desafio mais amplo e crítico e o seu combate deve incluir para além de políticas sociais de curto prazo essas pessoas em situações de fragilidades devem ser amparadas por um conjunto de forças políticas, econômicas e sociais de forma a aliviar as consequências da pobreza para a sociedade.

Contudo, a pobreza é evitável, se forem adotados instrumentos de política e estratégias adequadas por parte do poder público. Ser pobre não se trata de uma situação absolutamente estática, tampouco reflete uma característica inata de parte da população de um país (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997).

No relatório da ONU 1997 é apresentado alguns atos considerados primários importantes para a erradicação da pobreza:

- i. Criação de um ambiente que viabilize o desenvolvimento centrado no ser humano;
- ii. Reforço do poder participativo e popular, no sentido de que os pobres possam recuperar a autoestima, condição necessária para o início de um processo de mudança de atitude e, consequentemente, de ascensão na escala social;
- iii. Promoção de um crescimento econômico equilibrado que afete, de forma equitativa, todos os sujeitos e atores sociais;
- iv. Viabilização da segurança alimentar para as famílias de modo que elas tenham garantido um padrão alimentar mínimo e que disponham de requerimentos de calorias e proteínas ao longo de todos os anos.

O processo social estabelece que as metas do Programa de Ação criado pelo WSSD (World Summit for Social Development) não serão atingidas simplesmente através da livre interação das forças de mercado. As políticas públicas são necessárias para corrigirem as distorções provocadas por estes mecanismos e de alguma forma, agirem como mecanismo de complemento destas forças de mercado (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997).

2.2 Desenvolvimento Sustentável

A relação que o ser humano tem levando com a natureza e essa caça incessável pelo crescimento econômico tem provocado desequilíbrios ambientais e sociais a níveis globais, gerando impactos irreversíveis a sociedade em geral e para o planeta terra e outros que demandam grande esforço para serem recuperados.

A expressão Desenvolvimento Sustentável foi usado como um novo paradigma em 1986 na conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento, da IUCN (Ottawa/Canada), apresentado com os seguintes princípios fundamentais:

- Unir e conciliar conservação da natureza e desenvolvimento;
- Atender as necessidades humanas fundamentais;
- Perseguir equidade e justiça social;
- Apelar pela autodeterminação social e da diversidade cultural;
- Conservar a integridade ecológica.

Desenvolvimento sustentável foi novamente abordado em 1987, por uma diplomata, a médica Gro Harlem Brundtland que também foi ex-primeira-ministra da Noruega e presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas. Nesta qualidade ela divulgou um relatório titulado *Nosso Futuro Comum*, que também ficou famoso por Relatório de Brundtland.

Nesse relatório a expressão Desenvolvimento Sustentável ficou delimitado como uma forma de suprir as necessidades do presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias necessidades, de acordo com essa definição é possível ver uma clara tentativa de reconciliar o desenvolvimento econômico a preservação ambiental e a igualdade social.

Esse termo Desenvolvimento Sustentável é influência anglo-saxônica ("sustainable Development" em português desenvolvimento sustentável também chamado de desenvolvimento viável e desenvolvimento sustentado (Raynaut e Zanoni, 1993). A origem da palavra sustentabilidade vem do Latim *sustentare*, que significa suster, suportar, conservar em bom estado, manter, resistir, sustentável corresponde a tudo que é capaz tolerado, mantido (H. M. CARVALHO 1993).

Analogamente Desenvolvimento Sustentável também foi defendido por Raynaut e Zanoni, em 1993 como: "Desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades."

A definição do Desenvolvimento Sustentável considera o desenvolvimento pela particularidade de não se reduzir a um simples crescimento qualitativo. Assim o Desenvolvimento tem como virtude o fato de conseguir relacionar o ambiente natural com as relações humanas, e da mesma forma conciliar a evolução dos valores socioculturais com a rejeição de todo o processo que leva à deculturação.

Segundo Tenório (2004) a ideia por detrás do DS comprehende um equilíbrio entre tecnologia e ambiente, uma busca pela equidade entre os diversos grupos sociais e justiça social e tem em seu propósito o crescimento econômico por meio de preservação do meio ambiente levando sempre em conta os anseios da sociedade em questão, buscando assim uma melhoria da qualidade de vida da nação.

Assim, por meio do relatório de Brundtland divulgado pela comissão Mundial de Meio Ambiente definiu-se um conjunto de medidas e estratégias a seguir pelos órgãos

organizacionais procurando criar uma harmonização entre desenvolvimento socioeconômico e gestão ambiental, medidas estas que compreende:

1. Controle do crescimento demográfico;
2. Garantia de segurança alimentar no longo prazo;
3. Conservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
4. Redução do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que incorpora o uso de fontes renováveis de energia;
5. Satisfação de todas as necessidades básicas das pessoas;
6. Aumento da produção industrial nos países não industrializados à base de tecnologias que fossem ecologicamente limpas;
7. Controle da urbanização desenfreada das populações;
8. Promoção de maior e melhor integração entre campo e a cidade;

As questões abordadas pela economia sustentável sempre estiveram intrinsecamente ligadas àquelas de desenvolvimento humano.

O Relatório de Brundtland declara que:

É impossível separar o desenvolvimento econômico e social dos problemas ambientais. O desenvolvimento tem que promover o incremento dos níveis de bem-estar do ser humano, removendo a fome, doenças e ignorância; e criar empregos produtivos para todos. O primeiro objetivo de um programa de desenvolvimento tem que ser eliminar a pobreza e priorizar as necessidades de toda a população, de tal maneira que possa ser produtivamente sustentável para as futuras gerações. (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1997, p. 56).

O desenvolvimento sustentável tem como um dos seus objetivos principais superar a pobreza nos países desenvolvidos e não desenvolvidos através do equilíbrio entre a tecnologia e o ambiente.

Desenvolvimento sustentável é uma estratégia de desenvolvimento que maneja de forma conveniente todos os ativos, recursos naturais e recursos humanos, bem como os ativos físicos e financeiros, para incrementar tanto a riqueza como os níveis de bem-estar de longo prazo. (REPETTO, 1986 apud LEMOS, 2012, p.50).

O modelo de Desenvolvimento capitalista instituído anteriormente, que tem como base a transformação das relações em mercadorias visando apenas o lucro, acabou gerando três grandes crises: ecológica, econômico-social e cultura. Autores como Pereira Filho e Bakker (2008) elucidam esses pilares que se encontram conectados, de tal modo é impossível existir um sem outro.

O aparecimento do novo modelo de desenvolvimento econômico passou a incluir dimensões que anteriormente não eram ponderadas, das quais social, ecológico, espacial, econômico e cultural uma forma de buscar.

As desigualdades sociais agravam quando o sistema se aproxima dos seus limites. “A pobreza é uma das principais causas e consequências dos problemas ambientais e globais” (Oliveira 1991).

Os princípios básicos desta nova visão do desenvolvimento foram idealizados por Ignacy Sachs, dos quais forma previstos 6 tópicos que seriam responsáveis por encaminhar a nova trajetória do desenvolvimento:

1. satisfação das necessidades básicas;
2. solidariedade com as gerações futuras;
3. cooperação da sociedade envolvida;
4. preservação dos recursos naturais e do meio ambiente como um todo;
5. construção de um sistema social provedor de emprego, segurança social e respeito pela cultura;
6. programas de educação.

2.3 Evolução e Conceito de Pobreza

A pobreza começou a despertar interesse de pesquisadores e governantes após a revolução industrial e da instalação do sistema capitalista. Hoje a pobreza se destaca como um dos principais temas usados para compreender as questões sociais no mundo.

Conforme Castel (1998) o problema da pobreza não é uma questão contemporânea e sim um velho problema social, que acabou sendo evidenciado pela introdução ao sistema capitalista nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental alvo de grandes preocupações

tanto nos países desenvolvidos como nos menos desenvolvidos onde atualmente o problema se encontra mais acentuado.

Human Development Report. (1997, p. 25), define a pobreza como a negação de oportunidades, de escolha dos itens essenciais para o desenvolvimento humano, tais como: ter uma vida longa, saudável e criativa, ter um padrão adequado de liberdade, dignidade, autoestima; gozar de respeito por parte dos seus pares. “Pobreza significa a negação de oportunidades de escolhas mais elementares do desenvolvimento humano.” (HDR 1997)

A pobreza é evidenciada pela sua complexidade, ela pode ser avaliada levando em conta determinado “Juízo de valor”. Quando se considera uma visão subjetiva e ou abstrata também pode se considerar uma visão mais consolidada na qual, de acordo com Rocha (2006, p.9-10), é necessário enquadrar e especificar a situação de necessidade e só assim é possível determinar o melhor atendimento. Portanto a definição de pobreza requer uma análise do padrão de vida e da forma como as várias necessidades são atendidas dentro do determinado contexto socioeconômico.

O conceito de Pobreza sempre foi alvo de várias interpretações e definições numa das interpretações mais ortodoxas o crescimento da renda se coloca como condição para a erradicação da pobreza, embora (LEMOS, 2008) destaca que a pobreza não tem uma relação de causa efeito com riqueza, ou seja, o crescimento não significa consequência do enriquecimento da população nem melhoria das condições de vida. A conceituação da pobreza se dá pela estipulação de padrões para o nível de vida mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza determinando a porcentagem da população que se encontra abaixo desse nível.

A pobreza pode ser de natureza absoluta ou relativa. Pobreza absoluta é alusiva a um contexto de longo prazo e consistente de pobreza entre países. Conforme Lemos (2019) a pobreza absoluta pondera os níveis mínimos de necessidades que deveriam ser supridos, necessidades estas que contribuem para que as pessoas sejam identificadas como pobres. No caso de pobreza absoluta o Banco Mundial considera aqueles que vivem com 1,90 dólar por dia.

Já a percepção de pobreza como um conceito relativo é arremetido a uma relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. Esta é explicada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda. Por decorrência dessa relatividade Lemos (2019), pontua a pobreza

relativa como um conceito dinâmico a encargo das constantes mutações que o conceito de pobreza relativa está sujeito ao longo do tempo.

Nessa lógica a linha de pobreza é acentuada como um padrão de vida (medida pelo consumo ou pela renda), as pessoas acima são consideradas não pobres e consequentemente as pessoas abaixo dos limites da pobreza qualificam-se no estágio de pobreza.

José Lemos em seu livro *Vulnerabilidades Induzidas no Semiárido* (2019), faz referência a perspectiva de interpretação neoclássica da pobreza na qual considera a pobreza uma condição ou um estágio na vida de um indivíduo ou de uma família em relação a uma linha imaginária onde o crescimento da renda se tornaria a solução para a erradicação da pobreza. Por sua vez, o autor classifica esta interpretação da pobreza como arbitrária e ancorada em renda monetária. Lemos considera outra abordagem da pobreza na qual considera que a privação relativa de rendimentos e de bens pode consequentemente conduzir a uma privação absoluta das capacidades mínimas.

Os pobres são vulneráveis tanto de um ponto de vista físico, como econômico, social e ambiental. Sendo mais vulneráveis, no geral tem baixa capacidade de resiliência ou de busca de um estágio mais adequado de sobrevivência pelas suas próprias expensas. (Lemos 2019)

Atualmente o conceito de pobreza é entendido sob uma perspectiva multidimensional, conceito introduzido no relatório de Desenvolvimento Humano de 1997 que o define como mais do que a falta do necessário para bem-estar material, podendo também significar negação de oportunidades e escolhas mais básicas para o desenvolvimento humano. Conforme o relatório de Desenvolvimento Humano de 1998 a pobreza humana visa mais que a renda uma vez que considera a capacidade de uma vida longa, saudável, e dignidade humana de cada indivíduo. Ter um padrão de vida decente, auto-estima, ser respeitado pelos outros e ou coisas que as pessoas valorizam na vida.

É neste sentido que a pobreza humana é examinada pela HDR (1998), como uma definição muito mais holística e abrangente capaz de proporcionar bem mais do que a falta de renda de modo que a renda não é a soma total das vidas humanas e bem como a falta dela não pode ser a soma total de privações humanas.

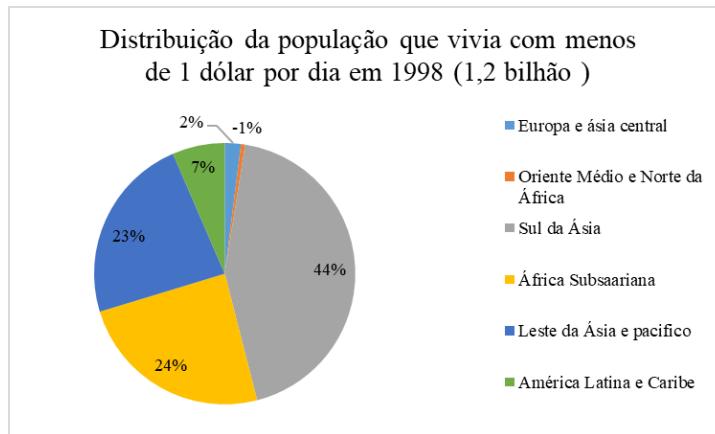
O desenvolvimento humano em si é visto como um fenômeno complexo, uma vez que as necessidades humanas são percebidas como insatisfeitas e também o fato de englobar muitos fatores que se mantêm interligados entre si. Estes conjuntos de privações acarretam, em segunda instância, a pobreza, tanto de materiais e de bem-estar como da negação de oportunidades de se levar uma vida normal e aceitável dentro dos padrões da sociedade.

Como elucida Rocha (2003, p.20;27), esta característica multilinear da pobreza abarca pontos de naturezas subjetivas e materiais assim como dimensões políticas e sociais relacionadas a esse fenômeno. Rocha aponta que esta constitui uma justificativa eficiente da multidimensionalidade da pobreza dada a inter-relação existente entre as diversas carências e fatores socioeconômicos, bem como o fato deste fenômeno se manifestar em ambientes bem diferentes, podendo este ser encontrado em áreas urbanas bem como em áreas rurais, em cidades com diferentes graus de urbanização em diferentes condições climáticas e socioeconômicas de acesso à terra e outros recursos naturais, basicamente em sociedades com condições de vida e valores divergentes.

De acordo com a Organização das Nações Unidas, (2015) a pobreza extrema afeta hoje aproximadamente um (1) milhão da população mundial. Apesar do aumento da demanda, do consumo e da produção de alimentos registraram acréscimos o número de pessoas com fome aumenta em proporções ascendentes, 41% da população da África Subsariana ainda vive em condições de pobreza extrema, com uma proporção de pessoas passando fome de 23% na região.

Pode-se dizer que a problemática da pobreza teve seu início em países industrializados uma vez que as diferenças sociais e a urbanização causaram distorções nas sociedades, no entanto essas distorções foram controladas através de políticas estatais e estados de bem estar social. Contudo o cenário foi bem diferente para os países em desenvolvimento, visto que enquanto alguns países do continente Europeu passavam por um intensivo processo de desenvolvimento e ampliação tanto de riquezas materiais como também de riquezas humanitárias, os outros países colonizados testemunharam um contínuo flagelo das suas sociedades e das suas riquezas também materiais.

Gráfico 1- Regiões em desenvolvimento onde vivem os pobres (com menos de 1 dólar por dia) no Mundo em 1998.



Fonte – Banco Mundial 2000s

O continente Africano foi nesse período de colonização uma importante fonte de mão de obra barata e riquezas minerais dos quais de muitas formas atendiam as demandas dos países industrializados, o resultado para os países dominados deixaram rastros marcantes até os dias de hoje. N' krumah (NKRUMAH 1967) traz essa discussão, onde ele aponta alguns problemas estruturais dos quais sofrem os países dominados. “O que sobrou dos países colonizados foram países fracos institucionalmente com níveis altíssimos de corrupção e conflitos internos, desprovidos de investimentos nas áreas de educação pesquisa e desenvolvimento tecnológico, dependentes de exportação de matéria prima, esse paradigma de uma forma holística promove desequilíbrio econômico, instabilidade política, insuficiência de recursos e incapacidade para combater a pobreza e promover ainda mais o contexto de desigualdade social e vulnerabilidade econômicos em níveis elevadíssimos.”

A maioria desses países são caracterizados por suas rendas per capita, IDH e expectativa de vida, índice de alfabetização de adultos e escolaridade apresentam valores bastante baixos. Esta parte do continente Africano tem se destacado negativamente pois é considerado atualmente como a região mais pobre do planeta.

2.4 Perspectiva de Pobreza nos Países Luso Africanos (PALOP)

Os territórios colonizados pelos portugueses no continente africano foram respectivamente denominados de Guiné Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique, durante o século XV-XVI.

Todos os Países da lusofonia Africana alcançaram a independência nos anos de 1974 a 1975 da mesma forma em todos eles a língua Portuguesa fixou-se como Língua oficial.

PALOP foi composto no período da descolonização e se trata de uma denominação dada aos países Africanos que têm língua portuguesa como língua oficial, também chamados de África lusófona constituído por cinco membros originais (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Este grupo foi desenvolvido em 1979 com o enfoque na luta pela independência dos PALOP e o objetivo de ser um espaço político-diplomático e de solidariedade, atualmente o propósito dessa integração dos países visa cooperações com outros países e organizações com o desígnio de promover a cultura, educação, desenvolvimento e diplomacia nos países e a preservação da Língua Portuguesa.

Esses países da Lusofonia apresentam muitas semelhanças históricas, no entanto após o período colonial cada país em singular acabou trilhando seu próprio caminho tanto em nível geo-político como econômico de tal modo atualmente se destacam características bastantes diferentes que acabam refletindo em seus indicadores. Contudo ainda a exclusão social, a pobreza, a fome são problemas que assolam e marcam o cenário dos países do PALOP.

2.5 Países constituintes do PALOP.

Nesta subseção descrevem-se, de forma sumária, as características de cada um dos países africanos que fazem parte do grupo dos que têm a língua portuguesa como principal fonte de comunicação verbal.

- **Angola:**

Angola situa- se no sul da África, do ponto de vista constitucional é um país Democrático e de Direito. A sua extensão territorial é de 1.246.700 km² e o mais populoso dos países constituintes da PALOP, conforme os dados do Banco Mundial a população Angolana está em 32,87 milhões, onde a maioria está na faixa etária de 15 anos de idade. Os combustíveis e minerais representam mais de 60% das exportações angolanas, sendo assim vale também ressaltar a dependência excessiva da economia Angolana ao petróleo.

A variação real do PIB em Angola em 2017 era de -2,6 em 2016 e -0,1 em 2017, -2,0 em 2018 e em 2019 -0,9 (Fonte INE/ Angola, contas anuais 2019). Um outro indicador que

destaca é o IDH (índice de Desenvolvimento Humano) de Angola em 2018 era de 0,574 (Fonte: HDR, 2019), o que coloca o país na categoria de desenvolvimento humano médio.

- **Cabo-Verde:**

Outro país pertencente ao PALOP é Cabo Verde, oficialmente República de Cabo Verde, é um arquipélago formado por 10 ilhas vulcânicas situadas na região central do Oceano Atlântico a 570 quilômetros da África ocidental, as ilhas cobrem um total de 4000 quilômetros quadrados. Cabo Verde é uma república soberana, unitária e democrática que se assenta num regime semipresidencialista. É o país que apresenta melhores índices esperança de vida ao nascer com uma média de 72,8 anos de vida em 2016, com uma população de 543,76 Mil habitantes em 2018 (Banco Mundial), e sua estrutura etária marcadamente jovem onde a média de idade da população cabo-verdiana ronda 24 anos. A linha nacional de pobreza foi de 35% em 2015, últimos dados antes da pandemia de COVID-19 e a taxa de crescimento anual do PIB foi de 3,83 % em 2016 e aumentou 1% no ano seguinte 2017 (Banco Mundial, 2018). A economia de Cabo Verde é orientada pelos serviços, sendo comércio, transporte e turismo que representam aproximadamente 3 / 4 do PIB do país, tal como aponta o Fundo Monetário Internacional. A variação real do PIB em 2016 era de 47%, em 2018 atingiu 4,5% e em 2019 alcançou os 5,7%. Segundo o FMI, o IDH de Cabo Verde se encontra em 0,665 (2019), dados que colocam Cabo Verde no 122 lugar do ranking da PNUD antes da pandemia COVID-19, a nação se configura como um país de desenvolvimento médio.

- **Guiné -Bissau**

Em relação a Guiné Bissau, oficialmente República de Guiné-Bissau, localizado na África ocidental, do ponto de vista constitucional o país apresenta um histórico de instabilidade política desde sua independência. A população total em 2018 alcançava 1,87 milhões de pessoas, pelo qual também apresenta uma estrutura etária jovem.

A economia de Guiné-Bissau depende principalmente da agricultura de castanha de caju e nozes são os seus produtos de exportação, segundo o FMI o seu PIB produto interno

bruto é considerado um dos mais baixos do mundo, em 2015 chegou a atingir uma taxa de crescimento do PIB de 5,3 %, no entanto nos anos posteriores a taxa de crescimento declinou passando para 4,83 % em 2016 (mudança percentual anual), no ano seguinte atingiu 3,4% (2017) e os ultimo ano anterior e a pandemia do Covid -19 registrava uma taxa de crescimento do PIB de 4,5 % (FMI ,2018).

A linha nacional de pobreza de Guiné -Bissau foi de 69,3% em 2010 últimos dados do Banco Mundial(Fonte: Banco Mundial 2018), expectativa de vida ao nascer foi de 55 anos em 2010, 58 anos em 2018(Fonte : HDR) e a taxa de crescimento anual do PIB foi de 5, 76 % em 2016 (Fonte: Banco Mundial 2018). O banco Central Português 2017 considera que a taxa de crescimento anual do PIB foi satisfatória muito devido ao aumento da produção da castanha de caju, beneficiando da subida do preço internacional conforme os dados antes da pandemia do COVID-19.

- **Moçambique**

No caso de Moçambique, oficialmente República de Moçambique, país localizado no sudeste do continente Africano, o país se apresenta como uma república com uma presidência relativamente estável desde 1975, ano onde conquistou sua independência. Moçambique pelo Banco Mundial (2018) é considerado o segundo país mais populoso do PALOP com aproximadamente 29,49 milhões de pessoas em 2018.

A maioria da população se encontra num intervalo de 25 a 54 anos de idade, o país apresenta uma expectativa de vida de 60,2 anos de vida (2018, HDR) , com um percentual da linha nacional de pobreza em 46,1 (2014) últimos dados antes da pandemia da COVID-19 (Fonte : Banco Mundial 2018).

O país também aponta uma taxa de crescimento anual do PIB de 3,85% em 2016(Banco Mundial, 2018) e um dos IDH mais baixos dos países do PALOP está no 0.437 de acordo com relatório de Desenvolvimento Humano de 2018 ou seja antes da pandemia da COVID-19, Moçambique ficou em 181 lugar no ranking , destacando-se como um dos países com o valor médio de IDH mais baixos do grupo de países de baixo valor médio de desenvolvimento humano (0,513), o que integra abaixo do valor médio de IDH da África Subsariana (0,547).

- **São Tomé Príncipe :**

Outro país com que passou por um processo de colonização semelhante foi São Tomé e Príncipe, oficialmente República Democrática de São Tomé e Príncipe e no que toca à constituição permaneceu democraticamente muito estável desde sua independência. O país se localiza na costa equatorial ocidental da África central e é considerado como o menor país desse grupo, com uma área total de 1001 quilômetros quadrados. Também é o menos populoso estado soberano africano, tem uma população de 0,22 milhões de habitantes segundo o FMI em 2020, população esta que se caracteriza também como jovem.

O país registra nos últimos anos anteriores a pandemia de COVID 19 uma expectativa de vida ao nascer de 70,2 anos de vida em 2018 (HDR 2018) , linha nacional de pobreza ficou nos 66,2% , taxa de crescimento anual do PIB de 4,2 % (Banco Mundial, 2018), o IDH de 0.589em 2018 pelo relatório de desenvolvimento humano de 2018.

Segundo o relatório de desenvolvimento humano de 2018, São Tomé e Príncipe registou uma média de crescimento de 2,3% de 2015 a 2010 que caiu 0,1% de 2015 para 2020. A taxa de crescimento do PIB também caiu para -6,5% em 2020. (Fonte Fundo Monetário Internacional), e registrou um valor de 0,6 (2011, paridade de poder de compra medido em dólar) HDR 2018.

A economia deste país gira em torno do turismo, de sementes de cacau, mobília e algodão de papel, as recentes descobertas de jazidas de petróleo nas águas abriu novas portas à exportação de petróleo.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipologia

A abordagem metodológica escolhida para o presente trabalho é o multimétodo ou também chamado de método misto.

Em conformidade com a definição apresentada por Creswell e Plano Clark (2011) que define métodos mistos como um procedimento de coleta e análise e combinação de técnicas quantitativas e qualitativas em um mesmo desenho de pesquisa.

Essa integração reúne várias vantagens uma vez que consiste em retirar o melhor das abordagens descritivas e explicativas, a vantagem fundamental do multimétodo consiste em maximizar a quantidade de informações incorporadas no determinado trabalho com o objetivo principal de aprimorar e elevar a qualidade das conclusões do trabalho.

3.2 Coleta e fonte dos dados

O estudo faz uma avaliação dinâmica acompanhando os indicadores ano a ano dos países da África Lusófona num período de 20 anos (1998- 2018).A coleta dos dados para a pesquisa é feita via análise bibliográfica e documental em fontes especializadas como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e dos Relatórios de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas.

No caso deste trabalho foram escolhidos cinco países da África lusófona considerando a sua afinidade histórica e seus determinados graus de desenvolvimento atual bastante distintos, as características sociais intrínsecas, a trajetória econômica e os seus fatores políticos. A começar pelo tempo de estudo, vinte anos precisamente. Este período foi escolhido pelo fato dos países terem poucos anos de independência visto que a maioria deles emanciparam em 1975 o que dá uma boa margem (23 anos) até o início da nossa coleta em 1998 para que os países estabilizam a nível político e consigam projetar suas energias em volta das problemáticas sociais e econômicas.

Para atingir os objetivos deste trabalho optamos por trabalhar com 4 indicadores de desenvolvimento dos quais renda (PIB per capita), indicadores de educação (alfabetização, e anos médios de escolaridade), indicadores de longevidade (esperança média de vida) , e dois indicadores socioeconômicos nomeadamente, porcentagem da população usando serviços básicos de água potável e porcentagem da população usando serviços de saneamento básico.

Cada um dos indicadores são apresentados anualmente para cada país, com as respectivas médias e coeficientes de variação (CV). O CV, por definição:

$$CV = \frac{\sigma}{M} \times 100$$

σ = desvio padrão da população

M= média da população

O CV é utilizado como aferidor da dispersão dos dados observados de uma variável aleatória em torno da sua média. Pode ser interpretado como uma média de homogeneidade/heterogeneidade da distribuição das observações em torno das respectivas médias. Quanto maior for o CV, mais heterogênea será a distribuição. Por ser adimensional, o CV permite comparar heterogeneidades/homogeneidades em variáveis diferentes e medidas em métricas diferentes.

PIB Per capita:

O indicador, PIB Per capita, é o produto interno bruto dividido pela população total no meio do ano. Conforme solidifica o Banco Mundial o PIB é a soma do valor agregado bruto de todos os produtores, menos quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos. Este indicador é calculado sem fazer deduções de depreciação de recursos naturais e está dimensionado em US\$ a preços corrigidos para valores de 2018.

Taxa de Alfabetização:

A taxa de alfabetização é uma avaliação que mede a porcentagem da população de um país com idade igual ou superior a 15 anos que detém a capacidade de ler e escrever um

pequeno texto da sua vida quotidiana, em conformidade com a definição da UNESCO a alfabetização abrange não só a dimensão da literacia, mas também numeracia, ou seja, a capacidade de fazer cálculos aritméticos simples. Pela definição do INEP da taxa de analfabetismo temos:

Taxa anual de Alfabetismo que é aferida pela relação percentual entre a população com 15 ou mais anos que sabe ler e escrever e a população total nesta faixa etária.

Número médio de anos de estudo que afere o número médio de anos de estudo na população maior de dez anos. Pela definição apresentada pela INEP.

Esperança de vida ao nascer

Consiste na estimativa do número aproximado de anos que os indivíduos nascidos no mesmo ano esperam viver, considerando as mesmas condições desde seu nascimento. É um indicador requerido e substancial muito usado pela PNUD para calcular o Índice de Desenvolvimento Humano, uma vez que a expectativa de vida está diretamente ligada às condições de vida da população. A expectativa de vida também é considerado um indicador de qualidade de vida e por isso também é usado para compor o índice de desenvolvimento humano.

Porcentagem da população usando serviços de saneamento básico

Porcentagem da população usando serviços de saneamento básico. Pela definição da OMS esse indicador abrange tanto as pessoas que usam serviço de saneamento básico que não são compartilhados com outros domicílios quanto aquelas que utilizam serviços de saneamento gerenciados com segurança. Instalações sanitárias melhoradas incluem vasos sanitários com descarga/ despejo conectadas a sistemas de esgoto encanado, sanitas de compostagem, fossas sépticas, latrinas de fossa e latrinas de fossa com lajes. Quanto ao método medição, esses dados são coletados a partir de pesquisas domiciliares e censos rotineiros e é calculado multiplicando a proporção da população que compartilha instalações sanitárias melhoradas pela proporção de instalações sanitárias melhoradas que não são partilhadas entre dois ou mais agregados familiares.

Este indicador é considerado fundamental para o desenvolvimento humano posto que é usado como medida de progresso na luta contra a pobreza, doenças e morte.

Porcentagem da população usando água potável

Afere a porcentagem da população que tem acesso ao serviço de água potável. Isso é definido pela OMS como a porcentagem da população que bebe água da fonte melhorada (inclui água canalizada, furos ou poços tubulares, poços escavados e protegidos, nascentes protegidas, água da chuva e água embalada ou fornecida), desde que o tempo de coleta não seja superior a 30 minutos de ida e volta. Este indicador abrange as pessoas que utilizam serviços de água potável geridos de forma segura como também as pessoas que utilizam serviços básicos de água potável.

O método de medição é dado por meio de pesquisas e censos domiciliares e é calculado multiplicando a proporção da população que usa fontes de água potável melhoradas que não requerem mais de 30 minutos para coleta. Este indicador também é considerado extremamente importante uma vez que o acesso a serviços adequados de água potável é um elemento crucial para melhoria da qualidade de vida, para a redução da mortalidade e morbidade. Os benefícios econômicos da melhoria dos serviços de água potável incluem maior produtividade econômica, mais educação e melhor saúde.

3.3 Tratamento

Os dados são dispostos em tabelas e posteriormente gráficos de forma a organizar e resumir melhor os dados coletados de forma, a conseguir absorver o máximo de informações possível bem com as melhores interpretações.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta Seção terá a incumbência de explicar os resultados dos indicadores de desenvolvimento econômico e os dois indicadores socioeconômicos, tal como previsto na metodologia.

Dessa forma, elaboraram-se tabelas e gráficos que permitem identificar e acompanhar melhor as tendências de cada uma das variáveis escolhidas (PIB per capita, escolaridade média, esperança média de vida, porcentagem da população com acesso a saneamento básico e porcentagem da população com acesso à água potável). A finalidade é interpretar as tendências das variáveis económicas e acompanhar a evolução e desempenho dos países da África lusófona no período anterior à pandemia de covid (1998 – 2018).

Na Tabela 1, é possível acompanhar a evolução e dos PIBs per capita de cada um dos países em valores corrigidos para 2018 supracitados para o período entre 1998 -2018. Nessa tabela também se mostram os valores médios observados para esse indicador no período analisado, bem como os respectivos coeficientes de variação (CV) que aferem os níveis de homogeneidade/heterogeneidade de cada um dos indicadores. No Gráfico 2 se ilustram as trajetórias dos PIB per capita dos países estudados.

Tabela 1- PIB per Capita dos Países da África LUSÓFONA no período de 1998 – 2018.

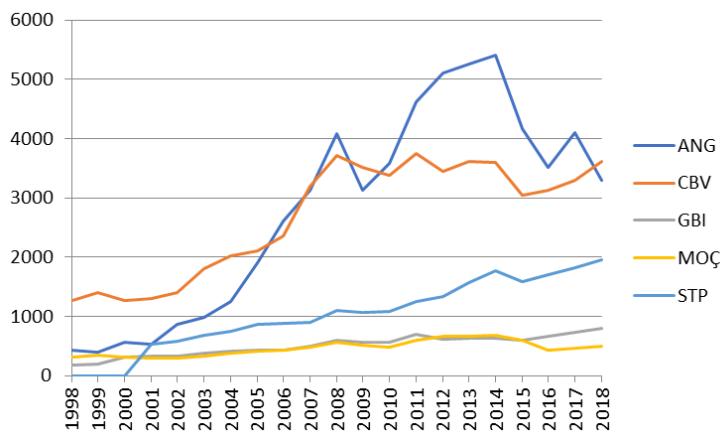
ANOS		PIB per capita			
	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe
1998	423,6	1265,2	178,8	313	ND
1999	387,8	1408,9	190,6	346,5	ND
2000	556,8	1259,3	308,9	319,3	ND
2001	527,3	1292,2	319,9	296,2	524,6
2002	872,5	1401,8	333	302,5	577,6
2003	982,9	1809,1	372	326	678,7
2004	1255,5	2024,2	405	383,2	745,3
2005	1902,4	2099,1	436,4	416,8	866,5

2006	2599,5	2361,3	430	435,3	883,1
2007	3122	3186,7	493,7	482,2	896,8
2008	4080,9	3721,2	600	563,6	1098,7
2009	3122,7	3517,4	559,4	520,4	1067,9
2010	3587,8	3378,3	558,1	471,9	1090,2
2011	4615,4	3740,3	703,6	594,5	1254,5
2012	5100,1	3447,4	616,3	657,6	1330,6
2013	5254,8	3616	634,6	664	1564,7
2014	5408,4	3588,6	623,3	673,9	1770,4
2015	4166,9	3043	603,4	589,8	1584,7
2016	3506	3131	661,4	428,9	1700,1
2017	4095,8	3289,9	738,5	461,4	1813,8
2018	3289,6	3616,4	802,7	503,3	1953,5
Média	2802,8	2676,1	503,3	464,3	1189
(USD)					
CV(%)	61,8	35,7	35	26,8	38

Fonte : Produzida pelo autor com base nos dados do Banco Mundial.

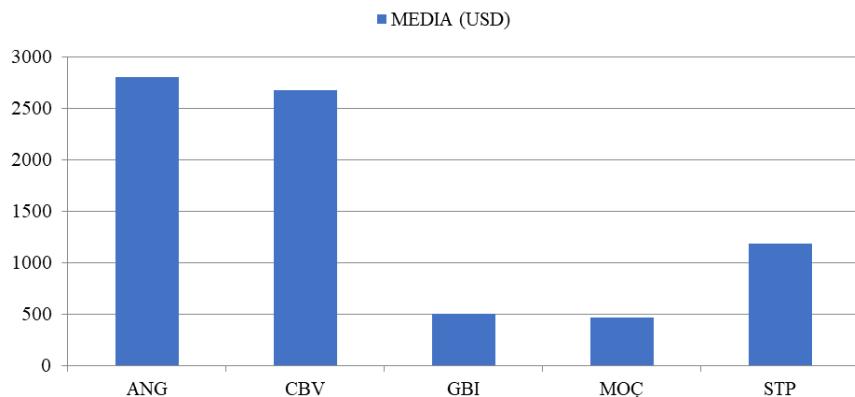
Observa-se pelas evidências mostradas na Tabela 1 que Angola exibiu a maior média de PIB per capita entre 1998 e 2018 (USD 2802,84), mas também teve a maior heterogeneidade ao longo do período, aferida pelo CV (61,84%). As menores médias observadas para os PIB per capita estavam em Moçambique (USD 464,35) e em Guiné Bissau (USD 503,36). Nas Figuras 2 e 3, respectivamente, se ilustram as médias e os CV observados para cada país no período estudado.

Gráfico 2. Evolução dos PIB per capita, em valores de 2018 de Angola (ANG), Cabo Verde (CPV), Guiné Bissau (GNB), Moçambique (MOZ) e São Tomé e Príncipe (STP) no período de 1998 a 2018.



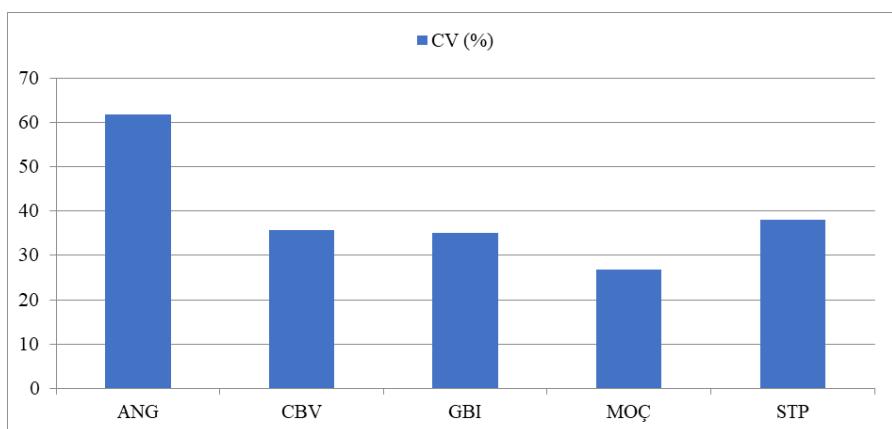
Fonte: Construído através dos dados originais do Banco Mundial (Vários anos)

Gráfico 3. Valores médios estimados para os PIB per capita anuais dos países estudados em valores corrigidos para 2018 entre os anos de 1998 e 2018.



Fonte: Construído através dos dados originais do Banco Mundial (Vários anos)

Gráfico 4. Coeficientes de variação de variação (CV) dos PIB per capita dos países estudados entre os anos de 1998 e 2018.



Fonte: Construído através dos dados originais do Banco Mundial (Vários anos).

Na tabela 2, é possível observar a evolução das médias dos anos de escolaridade para o período de 1998- 2018 dos cinco países da África Lusófona. O incremento desse indicador para o nosso trabalho advém da sua importância para o desenvolvimento de uma nação ou região. De acordo com Meier e Stiglitz, 2002 , uma pessoa com um nível maior de estudo pode contribuir, com as suas ideias, para o avanço social e científico da comunidade em que está inserida, sendo portanto um fator fundamental para o bem estar social.

Esta tabela também inclui os valores médios observados para esse indicador, bem como os respectivos coeficientes de variação (CV) que tem a função de medir os níveis de homogeneidade/ heterogeneidade de cada um dos indicadores.

Tabela 2- Anos médios de escolaridade nos países ÁFRICA LUSÓFONA no período de 1998 – 2018.

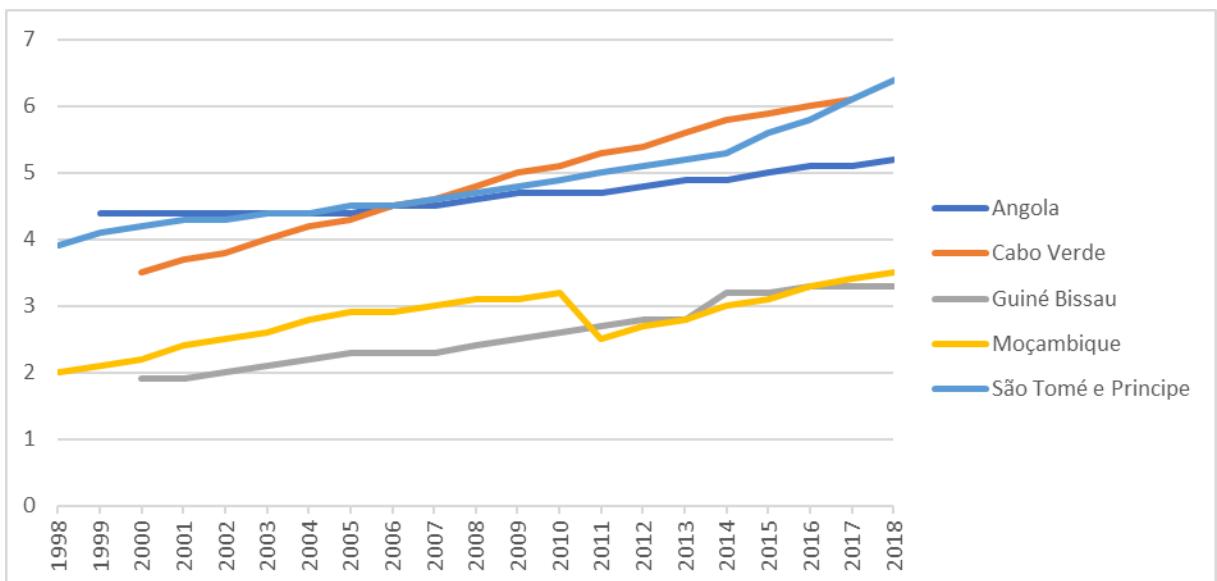
	Anos Médios de escolaridade nos PALOP				
	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe
1998	DN	ND	ND	2	3,9
1999	4,4	ND	ND	2,1	4,1
2000	4,4	3,5	1,9	2,2	4,2
2001	4,4	3,7	1,9	2,4	4,3
2002	4,4	3,8	2	2,5	4,3
2003	4,4	4	2,1	2,6	4,4
2004	4,4	4,2	2,2	2,8	4,4
2005	4,4	4,3	2,3	2,9	4,5
2006	4,5	4,5	2,3	2,9	4,5
2007	4,5	4,6	2,3	3	4,6
2008	4,6	4,8	2,4	3,1	4,7
2009	4,7	5	2,5	3,1	4,8
2010	4,7	5,1	2,6	3,2	4,9
2011	4,7	5,3	2,7	2,5	5
2012	4,8	5,4	2,8	2,7	5,1
2013	4,9	5,6	2,8	2,8	5,2

2014	4,9	5,8	3,2	3	5,3
2015	5	5,9	3,2	3,1	5,6
2016	5,1	6	3,3	3,3	5,8
2017	5,1	6,1	3,3	3,4	6,1
2018	5,2		3,3	3,5	6,4
Média	4,7	4,9	2,8	2,8	4,9
CV %	5,9%	17,2%	17,6%	14,9%	13,9%

Fonte: Construído através dos dados originais do HDR (Vários anos).

No gráfico 5, refere-se às trajetórias dos anos médios de escolaridade nos PALOP.

Gráfico 5-Evolução dos anos médios de escolaridade de Angola (ANG), Cabo Verde (CPV), Guiné Bissau (GNB), Moçambique (MOZ) e São Tomé e Príncipe (STP) no período de 1998 a 2018.



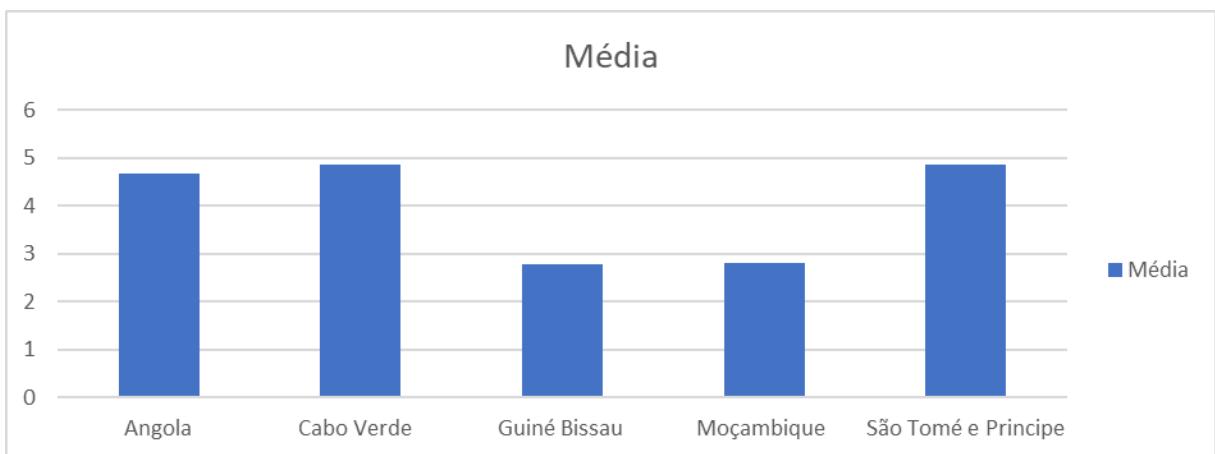
Fonte: Construído através dos dados originais do HDR (Vários anos).

Observa-se pelas evidências mostradas na Tabela 2 e no gráfico 5 que em todos os países estudados as médias dos anos de escolaridade média são muito baixos, chegando -se a apenas 2,8 anos em Guiné Bissau e Moçambique. Nesse item Cabo verde (4,9 anos); São Tomé e Príncipe (4,9 anos) e Angola com (4,7) anos de escolaridade média tiveram desempenhos um pouco melhores.

Guiné Bissau, além de ser um dos países com menor escolaridade média, ainda tem a maior heterogeneidade das observações nos 20 anos observados, com $CV = 5,9\%$ como se pode observar na Tabela 2 e no Gráfico 5.

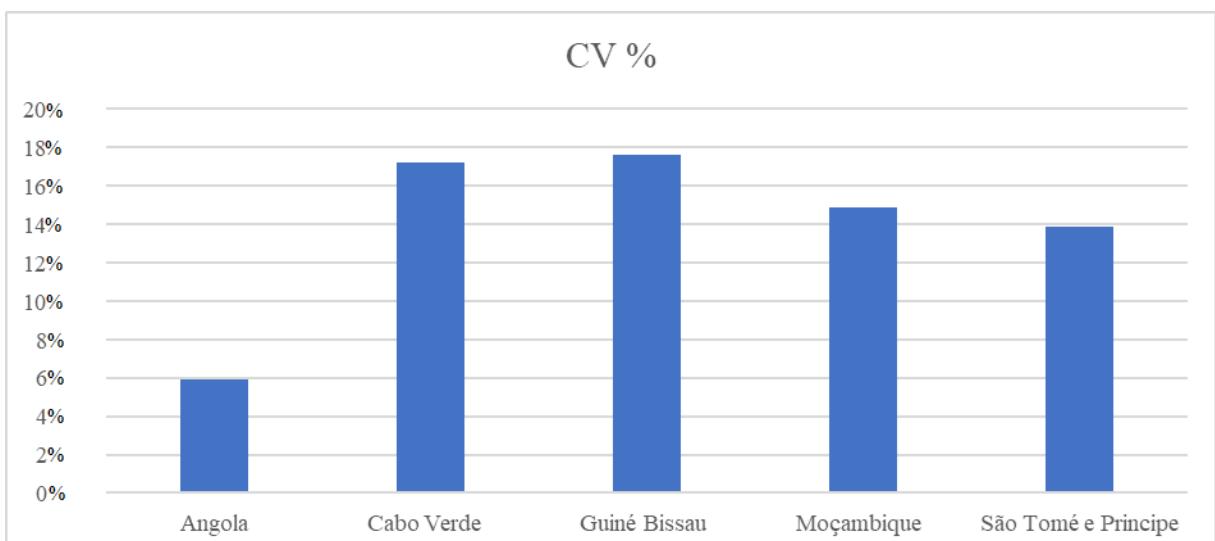
Nas Figuras 6 e 7, respectivamente, se ilustram as médias e os CV observados para cada país no período estudado.

Gráfico 6- Valores médios estimados para os anos médios de escolaridade dos países estudados entre os anos de 1998 e 2018.



Fonte: Construído através dos dados originais do HDR (Vários anos).

Gráfico 7-Coeficientes de variação de variação (CV) dos anos médios de escolaridade nos países estudados entre os anos de 1998 e 2018.



Fonte: Construído através dos dados originais do HDR (Vários anos).

Esta tabela 3 disponibiliza a evolução da taxa de alfabetização de adultos em porcentagem nos países da África lusófona para um período compreendido entre 1998 e 2018.

Por meio da seguinte tabela também pode-se acompanhar os valores médios e os coeficientes de variação (cv) da taxa de alfabetização dos adultos acima de 15 anos em porcentagem para esse respectivo indicador durante o período analisado.

Tabela 3-Taxa de alfabetização de adultos nos países ÁFRICA LUSÓFONA no período de 1998 – 2018.

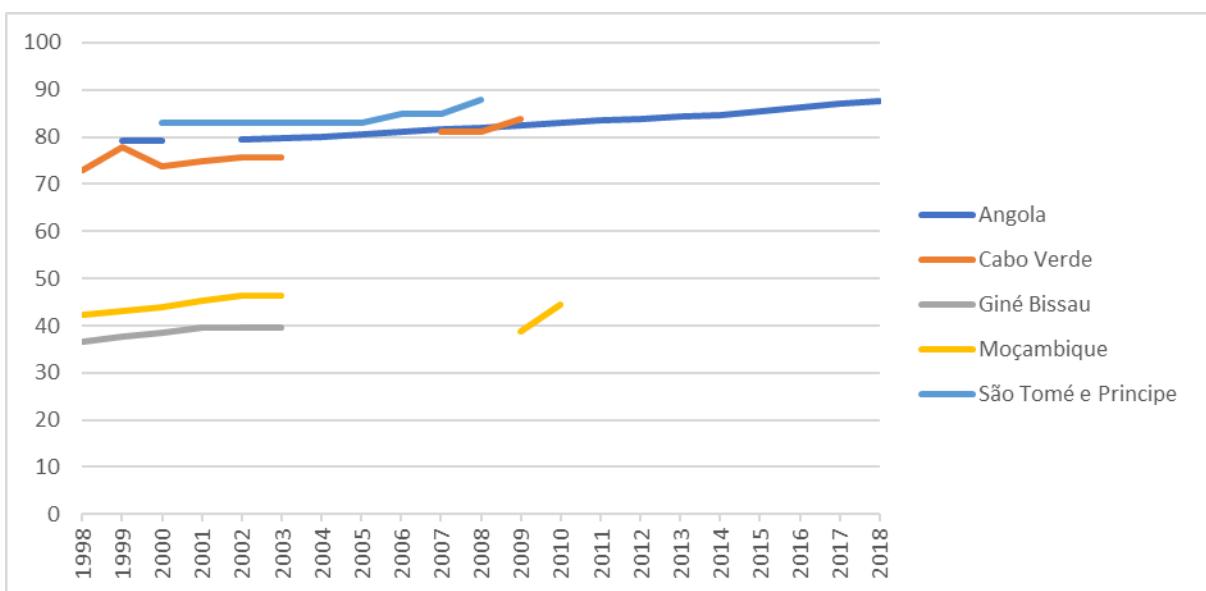
ANOS	Taxa de Alfabetização de adultos em % acima de 15 anos				
	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe
1998	ND	72,9	36,7	42,3	57
1999	79,08	77,9	37,7	43,2	ND
2000	79,28	73,8	38,5	44	83,1
2001	ND	74,9	39,6	45,2	83,1
2002	79,49	75,7	39,6	46,5	83,1
2003	79,68	75,7	39,6	46,5	83,1
2004	80,14	ND	ND		83,1
2005	80,61	81,2	ND	38,7	83,1
2006	81,07	ND	ND	ND	84,9
2007	81,55	81,2	ND	38,7	84,9
2008	82,03	81,2	ND	ND	87,9
2009	82,51	83,8	ND	38,7	ND
2010	82,99	ND	ND	44,4	ND
2011	83,42	ND	ND	ND	ND
2012	83,86	85,3	ND	ND	90,1
2013	84,29	ND	ND	ND	ND
2014	84,73	ND	45,6	ND	ND
2015	85,44	86,8	ND	56,0	ND
2016	86,35	ND	ND	ND	ND
2017	87,07	ND	ND	60,7	ND
2018	87,65	ND	ND	ND	92,8166

Média	83,1	79,2	39,6	49,9	85,4
CV%	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: Construído através dos dados originais do HDR (Vários anos).

O Gráfico 8 expõe as trajetórias da taxa de alfabetização de adultos em porcentagem acima de 15 anos.

Gráfico 8-Evolução da taxa de alfabetização de Angola (ANG), Cabo Verde (CPV), Guiné Bissau (GNB), Moçambique (MOZ) e São Tomé e Príncipe (STP) no período de 1998 a 2018.



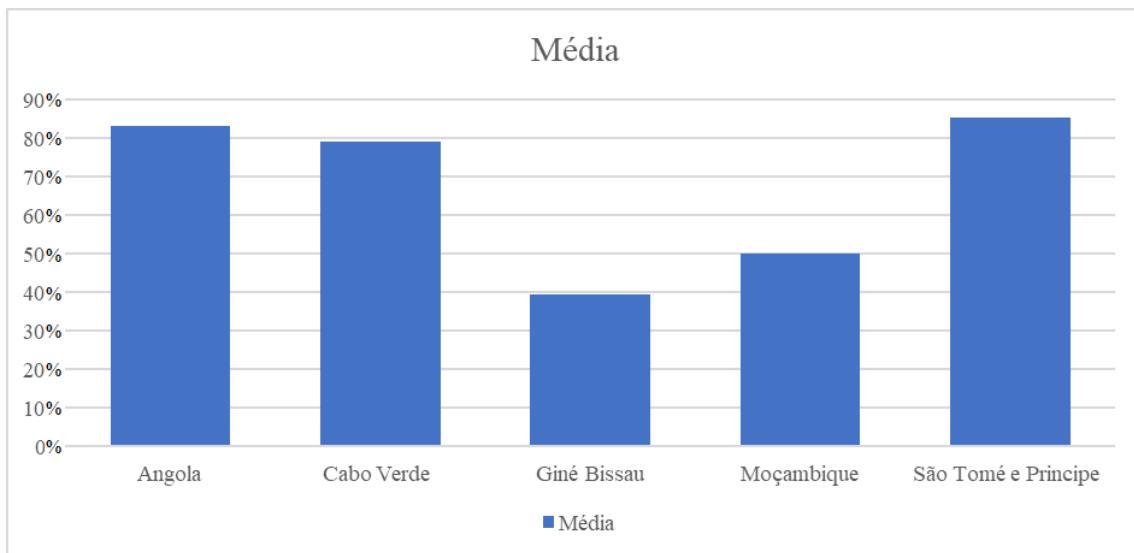
Fonte: Construído através dos dados originais do HDR (Vários anos).

Pelas indicações da Tabela 3 e do gráfico 8 podemos ver que a taxa de alfabetização de adultos apresenta resultados favoráveis para os anos estudados. Angola (83,1), São Tomé e Príncipe (85,4) Cabo Verde (79,2) apresentam as maiores percentagens das populações alfabetizadas. Guiné Bissau (39,6) e Moçambique (49,9) são os países que apresentam as menores médias de alfabetização. O CV para a maioria dos países é estável em uma homogeneidade de 0,1, exceto para Angola que apresenta 0,0.

Nas Figuras 9 e 10, respectivamente, se ilustram as médias e os CV observados para cada país no período estudado.

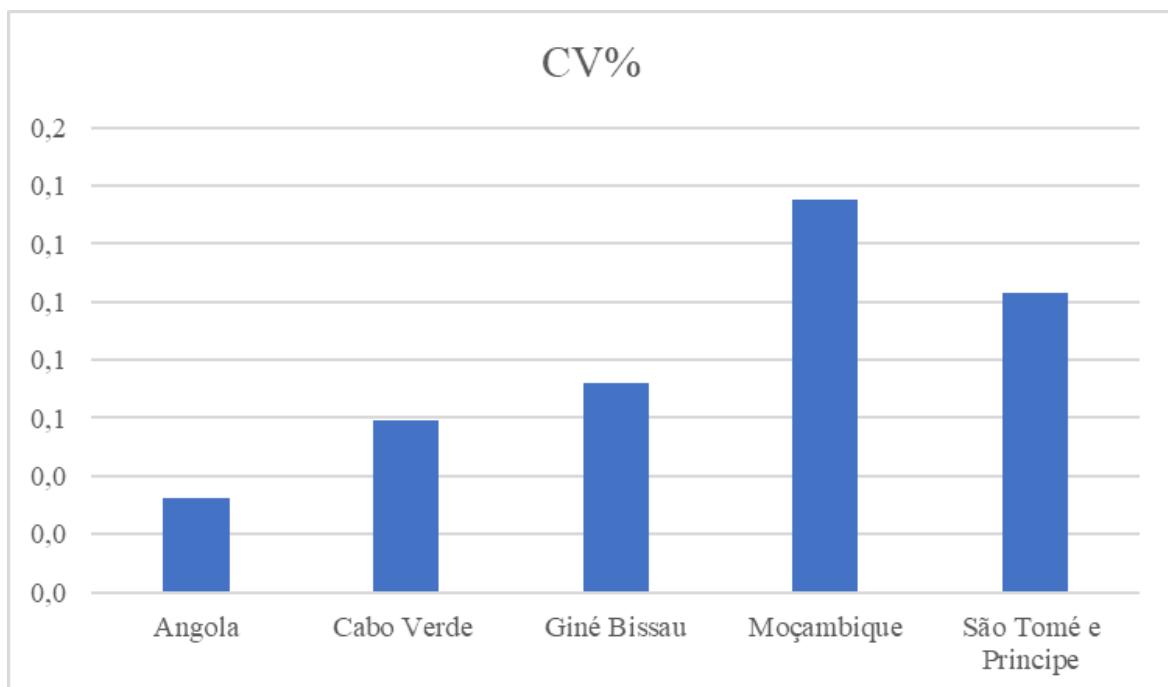
Gráfico 9-Valores médios estimados da taxa de alfabetização de adultos para os países

estudados entre os anos de 1998 e 2018.



Fonte: Construído através dos dados originais do HDR (Vários anos).

Gráfico 10-Coeficientes de variação de variação (CV) da taxa de alfabetização de adultos para os países estudados entre os anos de 1998 e 2018.



Fonte: Construído através dos dados originais do HDR (Vários anos).

Para incrementar a qualidade de vida é indispensável o acesso ao serviço de saneamento básico.

Esta tabela a seguir afere a evolução em porcentagem da população da África Lusófona que tem acesso a saneamento básico para o período entre 1998-2018. Na tabela 4,

também se encontram os valores médios observados para esse indicador no período analisado, bem como os respectivos coeficientes de variação (CV) que aferem os níveis de heterogeneidade/ heterogeneidade de cada um dos indicadores.

Tabela 4- Porcentagem da população com acesso a pelo menos serviços de saneamento básico, dos países ÁFRICA LUSÓFONA no período de 1998 – 2018.

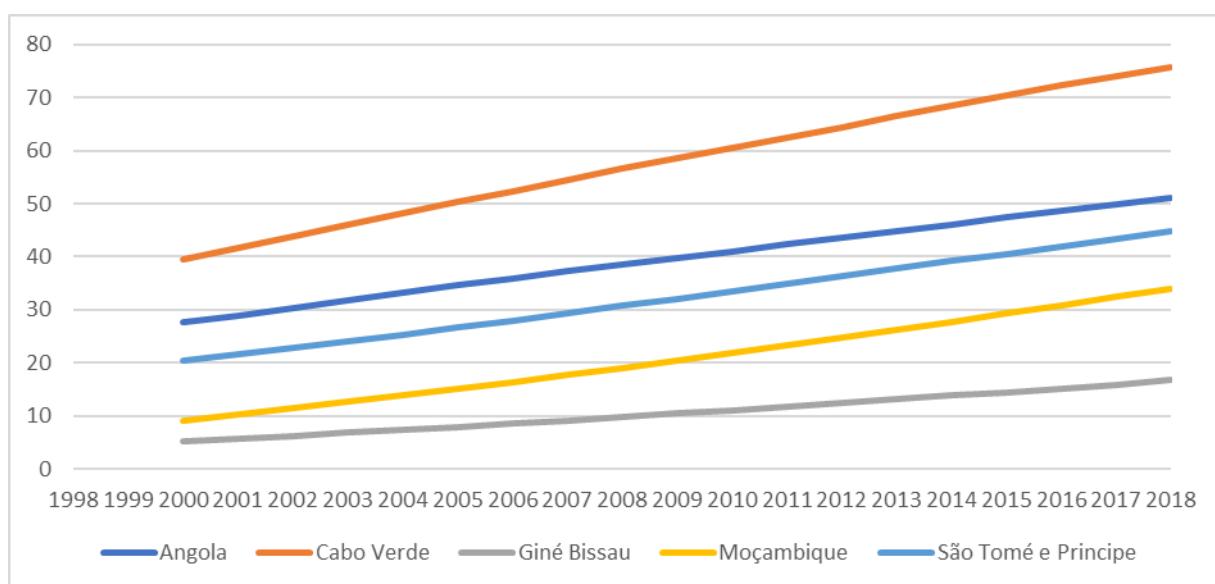
Ano	População com acesso a saneamento básico %				
	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe
1998	ND	ND	ND	ND	ND
1999	ND	ND	ND	ND	ND
2000	27,6	39,6	5,2	9,1	20,3
2001	29,0	41,8	5,7	10,3	21,5
2002	30,4	43,9	6,3	11,5	22,8
2003	31,9	46,1	6,8	12,7	24,0
2004	33,3	48,2	7,4	13,9	25,2
2005	34,7	50,3	8,0	15,1	26,6
2006	36,0	52,4	8,6	16,4	28,0
2007	37,3	54,5	9,2	17,7	29,4
2008	38,5	56,6	9,8	19,0	30,7
2009	39,8	58,6	10,4	20,5	32,1
2010	41,1	60,6	11,1	21,9	33,5
2011	42,3	62,5	11,7	23,3	34,9
2012	43,6	64,5	12,4	24,8	36,4
2013	44,9	66,5	13,1	26,3	37,8
2014	46,1	68,4	13,8	27,8	39,2
2015	47,4	70,3	14,5	29,3	40,6
2016	48,6	72,3	15,2	30,9	42,0
2017	49,9	74,1	16,0	32,4	43,4
2018	51,1	75,8	16,7	34,0	44,8
Média	39,7	58,3	10,6	20,9	32,3

CV%	18,4%	19,5%	33,9%	37,3%	24,0%
------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

Fonte: Construído através dos dados originais da OMS (Vários anos).

O gráfico 11 ilustra a trajetória dos países estudados em relação à população com acesso aos serviços de saneamento básico nos PALOP.

Gráfico 11-Evolução porcentagem da população com acesso a pelo menos serviços de saneamento básico de Angola (ANG), Cabo Verde (CPV), Guiné Bissau (GNB), Moçambique (MOZ) e São Tomé e Príncipe (STP) no período de 1998 a 2018.



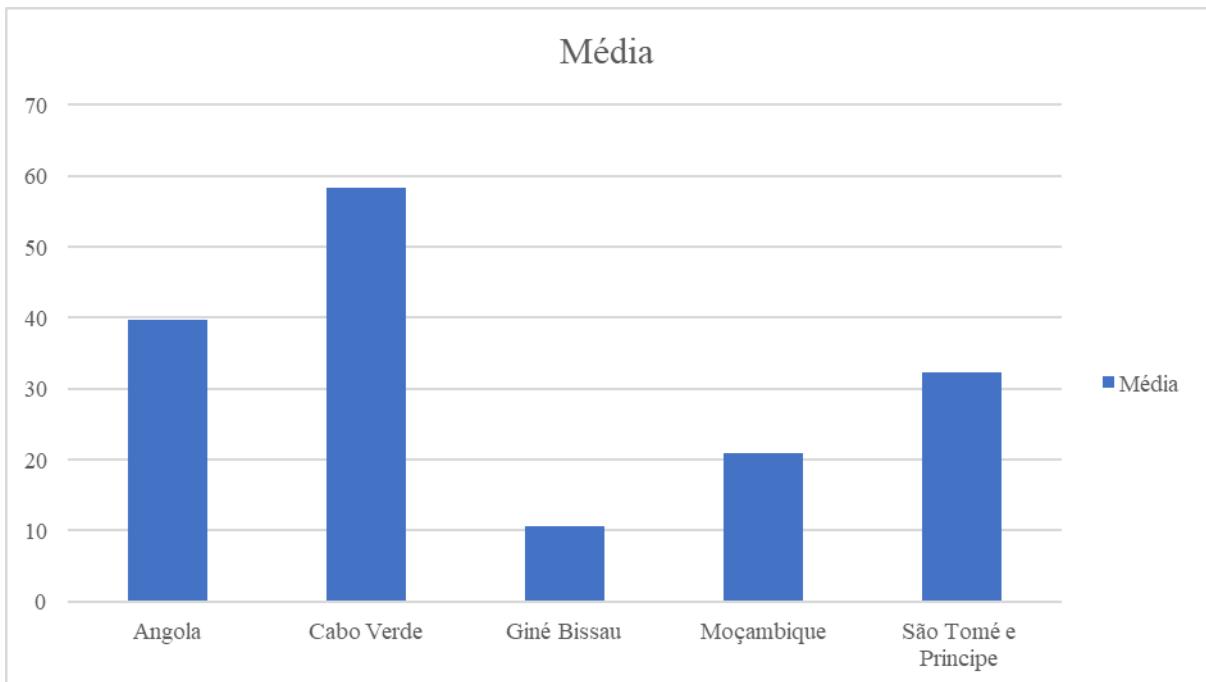
Fonte: Construído através dos dados originais da OMS (Vários anos).

Através dos dados da tabela 4, e do gráfico 11 podemos ver que claramente que existe um déficit na oferta deste serviço nos países estudados. Neste ponto, Cabo Verde (58,3); Angola (39,7) e São Tomé e Príncipe (32,3) registaram os melhores desempenhos em relação à oferta do serviço de saneamento básico.

Moçambique tem a segunda menor média observada para a porcentagem da população com acesso a saneamento básico (20,88316) contudo tem a maior heterogeneidade, aferida pelo CV de 37,3% e Guiné Bissau tem a pior média de todos (10,61316). Angola apresentou a maior homogeneidade das observações nos 20 anos observados, com um CV = 18,4% como é possível observar na tabela 4 e no gráfico 6.

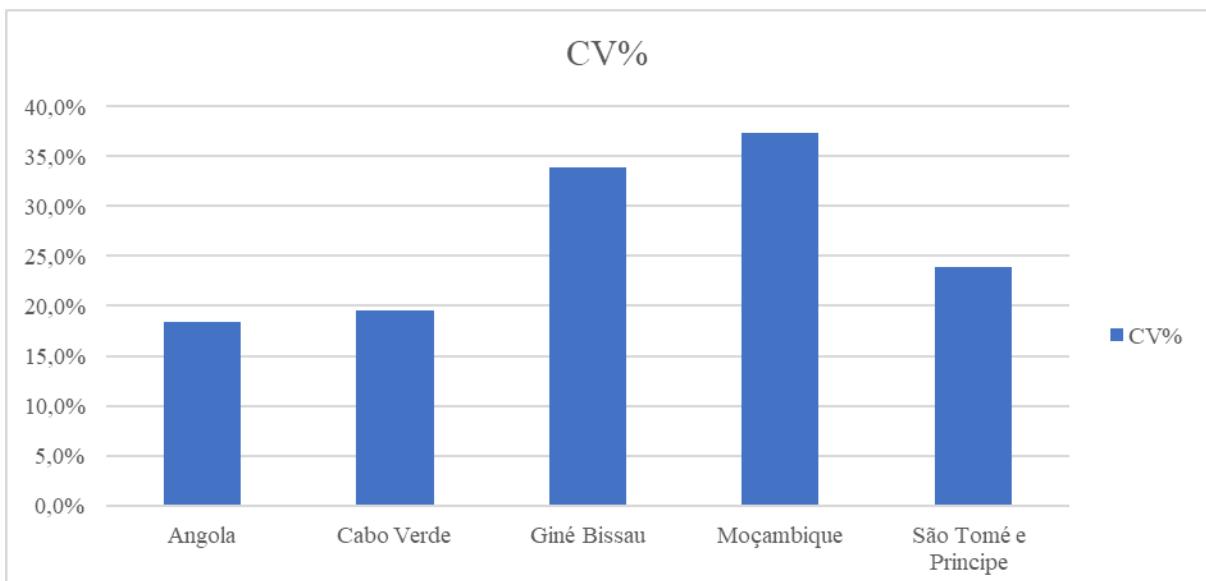
Nas Figuras 12 e 33, respectivamente, se ilustram as médias e os CV observados para cada país no período estudado.

Gráfico 12-Valores médios estimados da porcentagem da população com acesso a pelo menos serviços de saneamento básico,para os países estudados entre os anos de 1998 e 2018.



Fonte: Construído através dos dados originais da OMS (Vários anos).

Gráfico 13- Coeficientes de variação (CV) da porcentagem da população com acesso a pelo menos serviços de saneamento básico,para os países estudados entre os anos de 1998 e 2018.



Fonte: Construído através dos dados originais da OMS (Vários anos).

A tabela 5, disponibiliza a evolução da porcentagem da população da África Lusófona que tem a possibilidade de usar os serviços de água potável, para o período de 1998-2018.

Nesta tabela também permite acompanhar os valores médios observados para esse indicador no período analisado, assim como os correspondentes coeficientes de variação (CV) que aferem os níveis de homogeneidade/ heterogeneidade de cada um dos indicadores.

Tabela 5- Porcentagem da população com acesso a serviços de água potável em %, dos países ÁFRICA LUSÓFONA no período de 1998 – 2018.

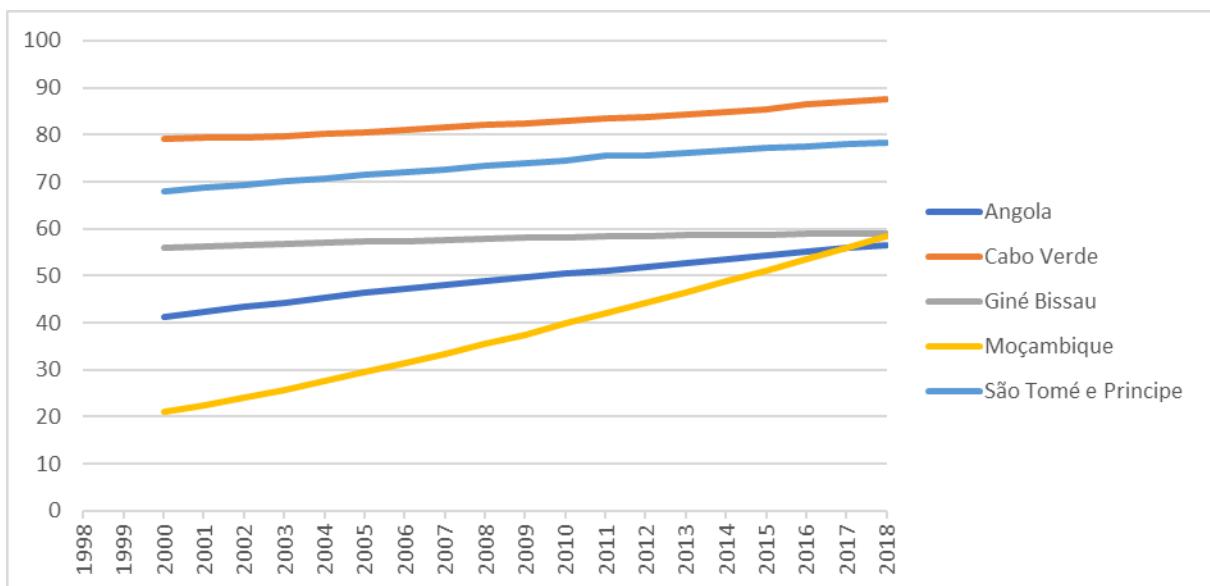
ANOS	População usando serviços de água Potável em %				
	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe
1998	ND	ND	ND	ND	ND
1999	ND	ND	ND	ND	ND
2000	41,1	79,1	56,0	21,1	68,1
2001	42,3	79,3	56,3	22,3	68,8
2002	43,4	79,5	56,5	24,1	69,4
2003	44,4	79,7	56,8	25,8	70,1
2004	45,4	80,1	57,0	27,6	70,8
2005	46,3	80,6	57,2	29,5	71,4
2006	47,2	81,1	57,5	31,4	72,1
2007	48,0	81,6	57,7	33,3	72,7
2008	48,8	82,0	57,8	35,4	73,3
2009	49,6	82,5	58,0	37,6	73,9
2010	50,4	83,0	58,2	39,7	74,4
2011	51,2	83,4	58,3	42,0	75,6
2012	52,0	83,9	58,5	44,2	75,6
2013	52,8	84,3	58,6	46,5	76,1
2014	53,5	84,7	58,7	48,8	76,6
2015	54,3	85,4	58,8	51,2	77,1
2016	55,1	86,4	58,8	53,6	77,6
2017	55,8	87,1	58,9	56,0	78,1

2018	56,6	87,7	59,0	58,4	78,2
Média	49,4	82,7	57,8	38,3	73,7
CV%	9,6%	3,3%	1,6%	30,9%	4,4%

Fonte: Construído através dos dados originais da OMS (Vários anos).

O Gráfico 14 em seguida demonstra as trajetórias da porcentagem da população que tem a possibilidade de usar os serviços de água potável nos países estudados.

Gráfico 14-Evolução da porcentagem da população com acesso a serviços de água potável em % de Angola (ANG), Cabo Verde (CPV), Guiné Bissau (GNB), Moçambique (MOZ) e São Tomé e Príncipe (STP) no período de 1998 a 2018.



Fonte: Construído através dos dados originais da OMS (Vários anos).

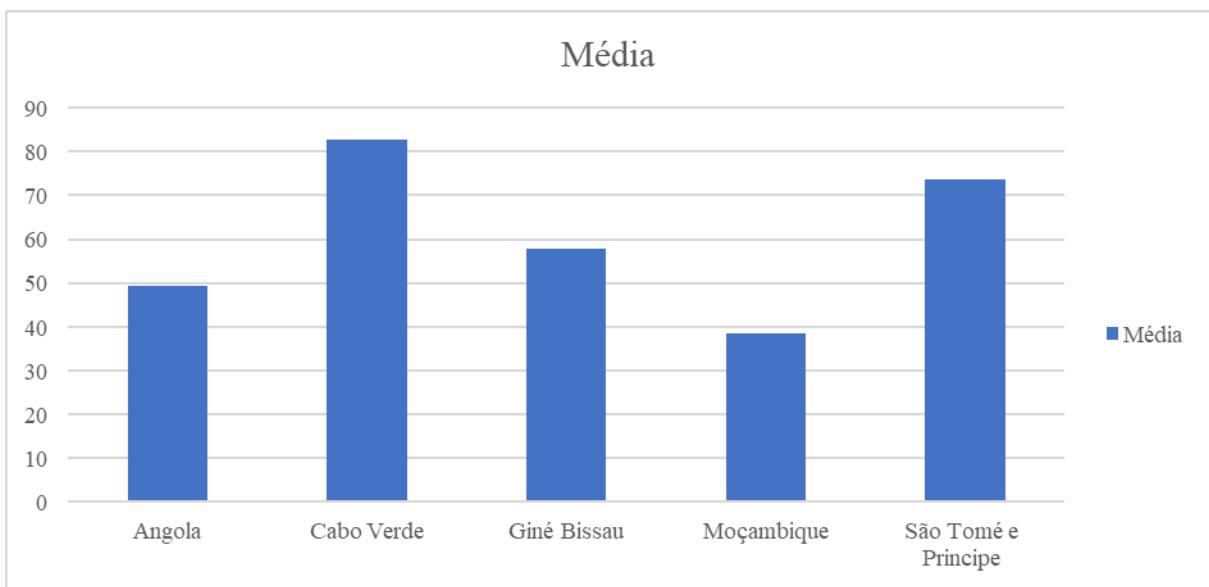
Através dos dados tabela 5 e do gráfico 14, depende -se que na maioria dos países existe uma carência relacionada ao acesso dos serviços de água potável.

Neste item Cabo Verde exibiu a maior média da porcentagem da população que tem a possibilidade de usar os serviços de água potável (82,7), seguido de São Tomé e Príncipe (73,7), e Guiné Bissau (57,8).

Moçambique, além de ser um dos piores países com uma média de acesso ao serviço de saneamento básico (38,3) apresentou a maior heterogeneidade aferida pelo cv (30,9%). Guiné Bissau apresentou a maior homogeneidade das observações nos 20 anos observados, com um CV= 1,6% como é possível observar na tabela 5 e no gráfico 14.

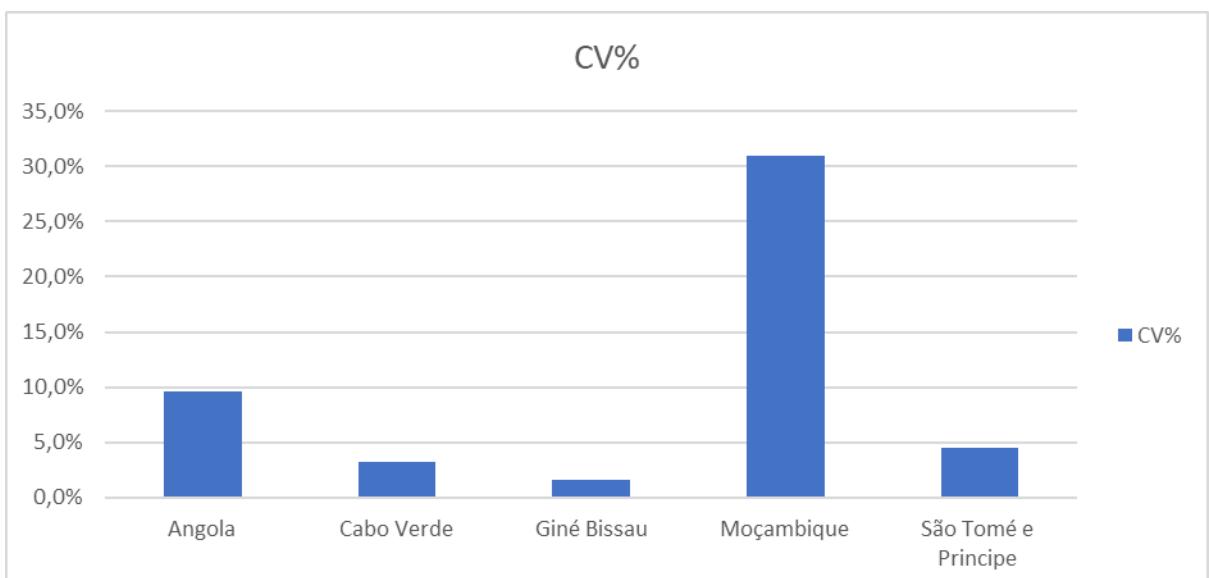
Nas Figuras 15 e 16, respectivamente, se ilustram as médias e os CV observados para cada país no período estudado.

Gráfico 15-Valores médios estimados da porcentagem da população com acesso a serviços de água potável em %, para os países estudados entre os anos de 1998 e 2018.



Fonte: Construído através dos dados originais da OMS (Vários anos).

Gráfico 16-Coeficientes de variação (CV) da porcentagem da população com acesso a serviços de água potável em %, para os países estudados entre os anos de 1998 e 2018.



Fonte: Construído através dos dados originais da OMS (Vários anos).

Na tabela 6 estão apresentados a evolução da esperança de vida média ao nascer em percentagem relativa a cada um dos países para o período entre 1998- 2018.

Também é possível observar seus respectivos valores médios para cada indicador no período analisado, bem como os coeficientes de variação (CV) que aferem os níveis de homogeneidade/ heterogeneidade de cada um dos indicadores.

Logo após o Gráfico 17 ilustra as trajetórias da esperança média de vida ao nascer dos países estudados.

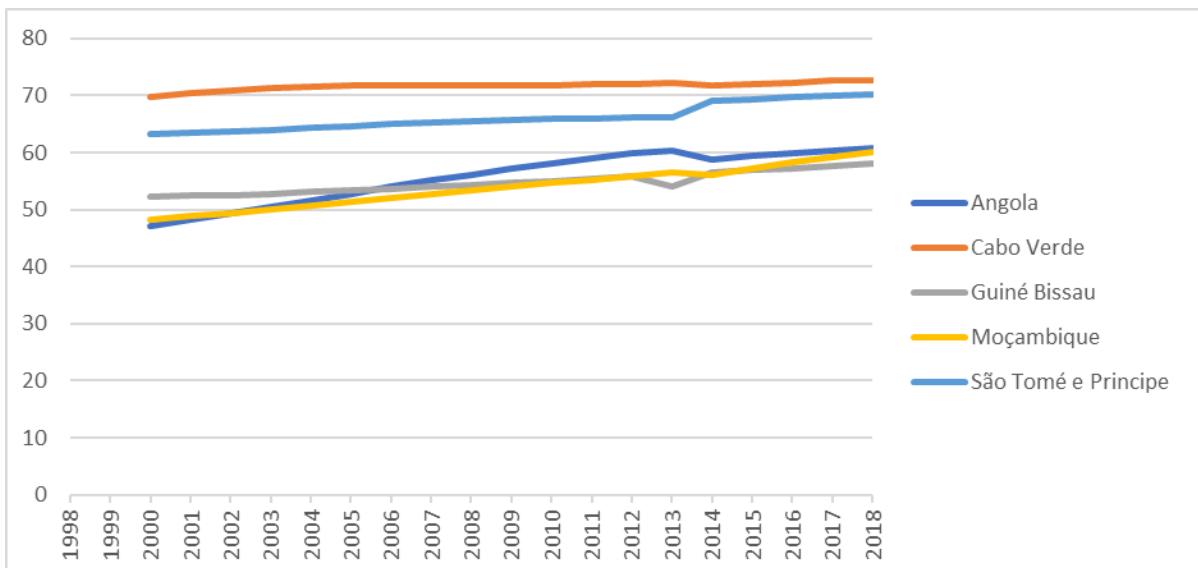
Tabela 6-Esperança média de vida ao nascer da ÁFRICA LUSÓFONA no período de 1998 – 2018.

ANOS	Esperança de vida ao nascer dos PALOP				
	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe
1998	ND	ND	ND	ND	ND
1999	ND	ND	ND	ND	ND
2000	47,1	69,7	52,3	48,3	63,3
2001	48,2	70,4	52,5	48,9	63,5
2002	49,3	70,9	52,6	49,4	63,8
2003	50,5	71,3	52,8	50	64
2004	51,7	71,6	53,1	50,7	64,3
2005	52,8	71,8	53,4	51,4	64,6
2006	54	71,8	53,7	52	65
2007	55,1	71,9	54	52,8	65,2
2008	56,2	71,9	54,3	53,5	65,5
2009	57,2	71,9	54,7	54,1	65,7
2010	58,2	71,9	55	54,7	65,9
2011	59	72	55,4	55,3	66
2012	59,8	72,1	55,8	55,9	66,1
2013	60,4	72,3	54	56,5	66,2
2014	58,8	71,9	56,6	56,1	69,1
2015	59,4	72,1	57	57,2	69,4

2016	59,9	72,3	57,3	58,3	69,7
2017	60,4	72,6	57,7	59,3	69,9
2018	60,8	72,8	58	60,2	70,2
Média	55,7	71,7	54,7	53,9	66,2
CV%	8,2%	1,0%	3,4%	6,6%	3,5%

Fonte: Construído através dos dados originais do HDR (Vários anos).

Gráfico 17-Evolução da esperança média de vida ao nascer de Angola (ANG), Cabo Verde (CPV), Guiné Bissau (GNB), Moçambique (MOZ) e São Tomé e Príncipe (STP) no período de 1998 a 2018.



Fonte: Construído através dos dados originais do HDR (Vários anos).

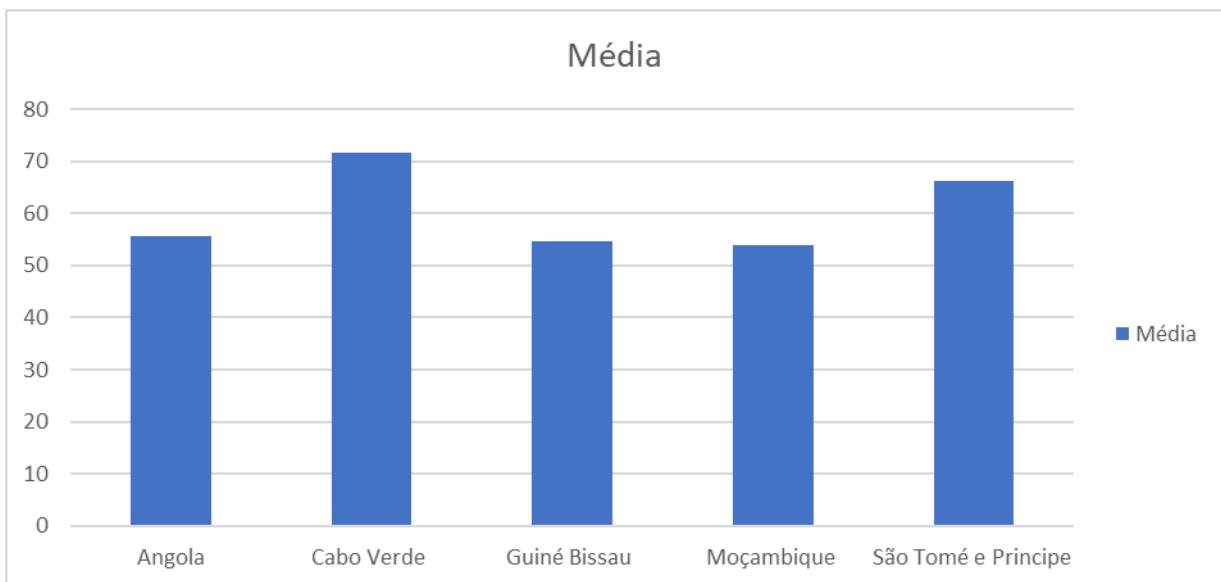
Esta tabela 6 e no gráfico 17 exaltam os valores baixos da esperança média de vida ao nascer em todos os países estudados.

Neste ponto, Cabo Verde (71,7), São Tomé e Príncipe (66,2) apresentam as melhores médias de esperança de vida ao nascer. Cabo Verde coincidentemente apresenta a melhor homogeneidade $CV = 1$, observado nos 20 anos.

Angola apresenta a pior média (55,7) e a maior heterogeneidade aferida por um $CV = 8,2$.

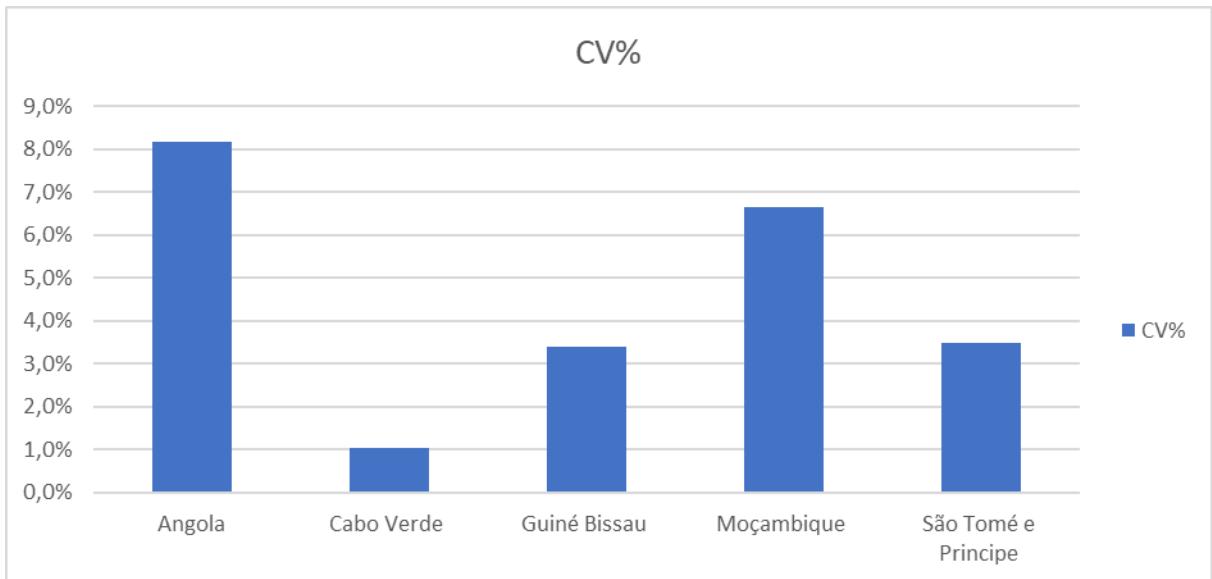
Nas Figuras 18 e 19, respectivamente, se ilustram as médias e os CV observados para cada país no período estudado.

Gráfico 18-Valores médios estimados da esperança média de vida ao nascer, para os países estudados entre os anos de 1998 e 2018.



Fonte: Construído através dos dados originais do HDR (Vários anos).

Gráfico 19-Coeficientes de variação (CV) da esperança média de vida ao nascer, para os países estudados entre os anos de 1998 e 2018.



Fonte: Construído através dos dados originais do HDR (Vários anos).

5. CONCLUSÃO

A proposta desse trabalho era, considerando o grau de desenvolvimento de cada um dos Países da África Lusófona, estudar os diferenciais dos níveis de pobreza e desenvolvimento em cada uma dos 5 países. A hipótese foi de que existe um padrão diferente de desenvolvimento entre os 5 países estudados. Temos, agora, algumas considerações para apontar.

A conjuntura dos países da África Lusófona e a análise holística dos indicadores estudados nos permitiu ver que esses países são bastante assimétricos e desconformes. Após uma análise mais detalhada da correlação entre esses indicadores avaliados, é possível também ver que o saneamento básico é de facto o indicador que impacta mais nos diferenciais de pobreza e para o desenvolvimento dos países estudados.

A importância do saneamento básico para a sociedade começa por sua influência na saúde, qualidade de vida e desenvolvimento como um todo.

A precariedade desses sistemas gera sérios problemas de saúde pública, no caso dos PALOP, o contato com o esgoto e o consumo de águas sem tratamento estão ligadas às altas taxas de mortalidade infantil e portanto baixa esperança média de vida da população. A principal causa das mortes são as doenças como diarréias, parasitoses, febre tifóide e leptospirose.

O Saneamento básico e o acesso à água potável são dois problemas que devem andar de mãos dadas, considerando que quando existe um certo descaso ou falta de investimento em relação aos serviços de água potável e principalmente saneamento básico automaticamente acarreta para uma população com menos saúde e menos qualidade de vida muitas pessoas que não tem acesso a água potável em casa são obrigados a percorrer longos caminhos para ter acesso a este bem tão importante. Esta situação hostiliza a população e o torna refém uma vez que o tempo disponível é gasto na procura dos bens essenciais para a vida.

Todavia a água potável canalizada sem saneamento básico pode acabar por promover maiores problemas de saúde pública, pois as águas paradas favorecem a criação e a disseminação de mosquitos vetores de transmissão de doenças tais como :Dengue, Chikungunya, febre amarela, Zika, Paludismo.

O saneamento básico, a saúde pública e a educação também estão intrínsecos visto que essas doenças em conjunto com um sistema de saúde público fragilizado prejudica as crianças, jovens no desempenho escolar e na produtividade.

Por sua vez, o saneamento básico também reflete na vertente econômica de um país, dado que afeta de forma bastante explícita as atividades econômicas.

Um serviço de saneamento básico fraco prejudica a produtividade dos trabalhadores por estes estarem sempre mais suscetíveis às doenças acima referidas, conduzindo a desempenhos profissionais e salários menores considerando as mesmas condições de empregabilidade que os locais onde possuem condições de saneamento adequado. As atividades econômicas também são prejudicadas em decorrência de serviços deficientes de saneamento básico, muitas atividades econômicas não são desenvolvidas e exploradas como é o caso do turismo, embora todos os problemas aqui apontados impactam diretamente no desempenho do PIB de um país.

Este padrão aqui apontado é visto em países como Moçambique, Guiné Bissau que apresentam os piores resultados em relação aos indicadores de acesso a saneamento básico e água potável o que reflete em seus indicadores relacionados a educação (taxa de alfabetização , e anos médios de escolaridade) ,assim como nos indicadores de saúde (esperança média de vida).

No entanto para todos os países do PALOP existe uma média de anos de escolaridade muito baixa, mesmo nos países com taxas de alfabetização muito altas o que chama bastante atenção durante nossa análise.

Os casos de Angola e de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe fogem um pouco desse padrão.

Angola é um dos maiores produtores de petróleo entre os PALOP e o país que apresenta o melhor PIB per capita, todavia são valores que claramente não transpassam para toda a população na medida em que apresenta heterogeneidade bastante elevada em quase todos os seus indicadores. Angola é um caso claro de como o crescimento econômico não implica de fato desenvolvimento econômico e também de como um sistema precário de saneamento básico impacta na conjuntura do país .

No caso de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe surpreendem pela positiva, são os únicos países do PALOP que consta como desenvolvimento humano médio, classificados no ranking do IDH pelo relatório de desenvolvimento humano de 2018 no 147 lugar e São Tomé

e Príncipe no 143 lugar , o que também os faz destacar como as melhores posições entre os países observados.

Em Cabo Verde embora não tenha o melhor desempenho em relação ao PIB per capita, é o país que apostou fortemente na melhoria do serviço de saneamento básico e na eliminação das doenças tropicais negligenciadas e o resultado é claramente visto no desempenho de seus indicadores. São Tomé e Príncipe segue o mesmo caminho, no entanto podemos ver que os serviços de água potável não foi dado a mesma atenção que os serviços de água potável e talvez este seja o motivo pelo qual o país ainda não conseguiu eliminar por completo as doenças tropicais e nem melhorar a discrepância em seus indicadores.

Fica claro por meio dessa pesquisa que investimentos na melhoria da qualidade de vida da população através de principalmente melhoria dos serviços saneamento básico e dos serviços de água potável é o caminho chave para o desenvolvimento dos países do PALOP.

REFERÊNCIAS

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE. Lisboa: Banco de Portugal, v. 250, 2017. Anual. Disponível em:
https://www.bcplp.org/sites/default/files/2017-10/Evolucao_das_economias_dos_PALOP_e_d_e_Timor_Leste_2016_2017.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.

CARMONA, Magdalena Sepúlveda. **Promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, inclusive o direito ao desenvolvimento:** última versão dos princípios orientadores relativos à extrema pobreza e direitos humanos, apresentada pela representante especial das nações unidas em matéria da extrema pobreza e direitos humanos. Assembleia Geral: Conselho de Direitos Humanos, 2012. 43 p. Disponível em:
<https://www.ohchr.org/Documents/Issues/EPoverty/GuidingPrinciplesinPortuguese.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2021.

CARVALHO, H. M. Padrões de Sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento. Curitiba, 1993.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CRESWELL E PLANO CLARK. Designing and Conducting Mixed Methods Research. 3 ED, SAGE publications, Inc. 2011.

DENIS, HENRI. História do Pensamento Econômico .Horizonte, 1987.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1983.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 1997. 159 p. (FF-1206). Disponível em:
https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/258/hdr_1997_en_complete_nostats.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 1998. 145 p. (FF-1206). Disponível em:
https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/259/hdr_1998_en_complete_nostats.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 1999. 130 p. Disponível em:
https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/260/hdr_1999_en_nostats.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2000. 309 p. Disponível em:
https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/261/hdr_2000_en.pdf. Acesso em: 29 jul. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2001. 274 p. Disponível em:

https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/262/hdr_2001_en.pdf. Acesso em: 29 jul. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2002. 292 p. Disponível em:

https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/263/hdr_2002_en_complete.pdf. Acesso em: 29 jul. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2003. 377 p. Disponível em: <https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2003-portuguese.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2004. 302 p. Disponível em:

https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/265/hdr_2004_complete.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2005. 388 p. Disponível em:

https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/266/hdr05_complete.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2006. 440 p. Disponível em:

<https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/267/hdr06-complete.pdf>. Acesso em: 05 ago.

2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2007/2008. 399 p. Disponível em:

https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/268/hdr_20072008_en_complete.pdf. Acesso em: 05 ago. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2009. 229 p. Disponível em:

https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/269/hdr_2009_en_complete.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2010. 238 p. Disponível em:

https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/270/hdr_2010_en_complete_reprint.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2011. 185 p. Disponível em:

https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/271/hdr_2011_en_complete.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2012. 133 p. Disponível em: <https://hdr.undp.org/sites/default/files/khdr2012-eng.pdf>. Acesso

em: 09 ago. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2013. 224 p. Disponível em: https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2013_portuguese.pdf
Acesso em: 14 ago. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2014. 239 p. Disponível em: <https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14-report-en-1.pdf>.
Acesso em: 14 ago. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2015. 288 p. Disponível em:
https://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report_1.pdf. Acesso em:
14 ago. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2016. 286 p. Disponível em:
https://www.hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf Acesso em: 16 ago. 2021.

QUINN, Gerald; JOHN, Cabin. **Human Development Report**. New York: American Writing Division Of Communications Development Incorporated, Washington, Dc, And New York, 2018. 123 p. Disponível em:
https://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf
Acesso em: 16 ago. 2021.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimétricamente pobre.** 2.ed. rev. atual. Fortaleza, Ceará: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Vulnerabilidades induzidas no semiárido.** E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. Disponível em:
<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/54842>.

MEIER M. Gerald and STIGLITZ E. Joseph. **Frontiers of Development Economics**, Oxford University Press and the World bank, New York, 2000.

MENDES, Marina Ceccato. **Desenvolvimento sustentável.** 2012. Disponível em:
<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0811261189.pdf>

DECLARAÇÃO DO MILÉNIO. United Nations Information Centre, DPI/2163. Portuguese. 2000. Published by United Nations Information Centre, Lisbon. Disponível em:
<https://www.oas.org/dil/port/2000%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Milenio.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

KWAME NKRUMAH. **African Socialism Revisited.** Ed Peace and Socialism, Publishers Prague, 1967.

OLIVEIRA, Ronaldo de. **Nosso Futuro Comum** .2 ed. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

“**Página Inicial - Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau**”. Disponível em:
<https://www.stat-guiné-bissau.com/>” Acesso em: Outubro de 2021.

PEREIRA FILHO ,S.R. E BAKKER F.I. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.** Brasília, INEPAD/UNIBB:2008.

“População que usa pelo menos serviços básicos de água potável (%). Disponível em: [https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/population-using-at-least-basic-drinking-water-services-\(-\)](https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/population-using-at-least-basic-drinking-water-services-(-)); Acessado em : Setembro de 2021.

“População que usa pelo menos serviços de saneamento básico (%). Disponível em: [https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/population-using-at-least-basic-sanitation-services-\(-\)](https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/population-using-at-least-basic-sanitation-services-(-))” Acessado em :Setembro de 2021.

RANULFO PARANHOS, DALSON BRITTO FIGUEIREDO FILHO, ENIVALDO CARVALHO DA ROCHA, JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA JÚNIOR, DIEGO FREITAS. **“Uma introdução aos métodos mistos.”** Sociologias,Porto Alegre, maio de 2016: p. 384-411.

RAYNAUT,C., ZANONI, **La Construction de l'interdisciplinarité en Formation intégrée de l'environnement et du Développement.** Paris: UNESCO(Document préparé pour la Réunion sur les Modalités de travail de CHAIRES UNESCO DE DÉVELOPPEMENT DURABLE. Curitiba,1993.

REED, D., e F SHENG. **Macroeconomic policies: poverty and environment.** Washington, D.C: World Fund of Nature, 1996.

ROCHA, S. **On Statistical Mapping of Poverty: Social Reality, Concepts and Measurement.** In: Seminar on Poverty Statistics. Santiago, 1997. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Rodrigues*Ítalo Mariano Araujo. **“História , Identidade e Cooperação da África Na Comunidade dos PALOP ”** C@LEA - Cadernos de Aulas do LEA, 2019: p. 103-115.

SACHS, Ignacy. **Environment and styles of development. Outer limits and human needs.Resources and environmental issues on development.** Dag Hammarskjold Foundation, 1976.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para desenvolvimento sustentável e sustentado.** Ed.Garamond, 2006.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo : Companhia das letras, 2000.

Schumpeter Joseph, **Teoria do desenvolvimento econômico** (Die Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung), ED. do departamento de Economia da Harvard University (USA), 1911.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; NASCIMENTO, Fabiano Christian Pucci do, Fundação Getulio Vargas. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática.** 2. ed. Rio de Janeiro (RJ): Ed. da FGV, 2006.